

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil deve crescer menos que o resto do mundo em 2023, projeta mercado..... 3

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária do governo eleito deve reduzir desigualdade..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

Passa da hora de uma reforma administrativa (Editorial)..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula conclui até quarta o ministério..... 6

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça paga R\$ 1,6 bilhão em novo lote de atrasados do INSS (inss)..... 8

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja quem pode pedir a aposentadoria do INSS com regras mais vantajosas (Previdência)
..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado quer foco no gasto..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma começa pelo consumo..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os caminhos para o crescimento sustentável - SERGIO LAMUCCI..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad deixou marcas próprias como gestor, mas foi criticado por atropelos..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Renda dos mais pobres volta ao nível pré-Covid, mas continua longe do pico..... 28

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Novo governo precisa acabar com permissividade de normas do trânsito (Editorial)..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação na meta em 2023 parece cada vez mais distante..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC escreverá carta por descumprir meta..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Política fiscal evolui em acordo com o Reino Unido (Artigo)	35
FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Reino Unido viu ano de instabilidade inédita, e até alface derrubou líder.....	37
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Cenário desfavorável no horizonte	40
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Juros altos devem travar atividade econômica no novo governo	42
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Inflação de alimentos e bebidas deve perder fôlego em 2023	43
FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO ECONOMIA	
Pilotos e comissários encerram greve mais longa da história da categoria, segundo SNA	45
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
O problema fiscal transcende a PEC da Transição	46
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE ECONOMIA	
A ressurreição da Mata Atlântica (Editorial)	47
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Capital estrangeiro deve "turbinar" movimento na Bolsa brasileira	48
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Um ano intenso que passou pelas capas do "Valor"	50

Brasil deve crescer menos que o resto do mundo em 2023, projeta mercado

Rosana Hessel

As projeções do mercado mostram que, no próximo ano, o Brasil deverá crescer menos do que o resto do mundo, que está em processo de desaceleração forte. Enquanto a expectativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a economia global passou de 3,2%, neste ano, para 2,7%, em 2023, a mediana das estimativas do mercado para o **PIB** do Brasil prevê avanço de 0,79%, mas até mesmo uma retração não está descartada. As projeções do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre), por exemplo, são mais conservadoras que as do mercado, prevendo expansão de 0,2% na atividade econômica em 2023, que terminaria no vermelho se não fosse o carregamento estatístico de 0,4% do **PIB** deste ano, de acordo com a economista Silvia Matos.

Conforme dados do relatório final da equipe de transição, a **inflação** acumulada no Brasil durante o governo Bolsonaro supera 26%, uma das maiores do mundo, atrás apenas de Argentina, Rússia e Turquia. Em dois dos quatro anos de governo, o Brasil terá estourado o limite superior da meta de **inflação**. Mesmo com as custosas desonerações tributárias para reduzir o preço dos combustíveis, a **inflação** acumulada em 12 meses é de 5,9%. E, na esteira do baixo crescimento e da elevada **inflação**, o salário mínimo praticamente não teve ganho real. O rendimento médio real caiu nos três primeiros anos do governo Bolsonaro, saindo de R\$ 2.471 para R\$ 2.265, em 2021. O rendimento real per capita de todas as fontes, em 2021, foi de R\$ 1.353, também o menor da série histórica, destaca o relatório da transição. O documento informa ainda que, em 2019, o salário mínimo comprava duas cestas básicas, e, agora, compra 1,6.

Por fim, o atual governo deixa um legado de perda de credibilidade na política fiscal e orçamentária. Após alterar por cinco vezes o arcabouço fiscal vigente para permitir gastos de R\$ 800 bilhões acima do permitido pela regra do teto, o governo Bolsonaro apresentou uma proposta de lei orçamentária irrealista para 2023, incapaz de garantir a continuidade das políticas públicas necessárias à garantia da cidadania da população, completa o documento citando a falta de recursos dos órgãos públicos no fim do mandato de Bolsonaro.

De acordo com a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, a piora na percepção de risco fiscal pode travar o crescimento da economia em 2023, devido ao impacto da política monetária, pois os juros tendem a ficar em patamar elevado por um período mais longo. Ela prevê queda de 0,2% no **PIB** do ano que vem no cenário mais pessimista, que tem 35% de probabilidade de ocorrer.

No cenário base da Tendências, considerando a adoção de uma nova âncora fiscal, a projeção é de alta de 0,9%. O equilíbrio fiscal será fundamental para o crescimento. Uma piora aumenta a percepção de risco e a curva de juros tende a subir, alerta.

Renda estagnada

O cenário de baixo crescimento e de incerteza na questão fiscal deve continuar limitando o rendimento do brasileiro. Pelas projeções da Tendências, a renda per capita média continuará abaixo de US\$ 10 mil por ano até 2026. O país perdeu o patamar de dois dígitos em 2014. O Brasil cresce pouco e não consegue escapar da armadilha da renda média, lamenta Alessandra, ao comentar sobre o cenário básico, que contempla uma reforma não muito ampla. Ela reforça a necessidade de uma verdadeira **reforma tributária**, que corrija injustiças e permita ao país recuperar a competitividade. O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sinalizou que pretende fazer a reforma no primeiro semestre de 2023.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/12/5061491-brasil-deve-crescer-menos-que-o-resto-do-mundo-em-2023-projeta-mercado.html>

Reforma tributária do governo eleito deve reduzir desigualdade

Por Cassia Almeida - Rio

Os **impostos** sobre consumo, que incidem sobre produtos e serviços, tornam o sistema tributário do país ainda mais desigual. As alíquotas diferentes para cada produto e isenções beneficiam mais o topo da pirâmide de renda, levando os mais pobres a pagarem proporcionalmente mais **tributos** que os mais ricos. Um dos desafios do novo governo é avançar com uma **reforma tributária** que consiga aumentar a eficiência da economia e, ao mesmo tempo, reduzir a desigualdade. Especialistas dizem que unificar **impostos** e eliminar o efeito cascata dos **tributos** sobre consumo são os primeiros passos para tornar o sistema tributário mais justo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/12/reforma-tributaria-do-governo-eleito-deve-reduzir-desigualdade.ghtml>

Passa da hora de uma reforma administrativa (Editorial)

A concessão de uma série de aumentos salariais para **servidores públicos** dos Três Poderes, a poucos dias do recesso parlamentar de fim de ano, provocou uma onda de indignação da sociedade. É compreensível. Há uma crise social instalada e o País não passa exatamente por um momento de exuberância econômica que autorize a aprovação desses aumentos pelo Congresso sem que isso cause um profundo mal-estar.

Os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, foram majorados pelos congressistas em 18%. Passarão dos atuais R\$ 39.293,32 para R\$ 46.366,19 - teto constitucional para a remuneração de todo o funcionalismo público, o que torna o efeito cascata inevitável.

Some-se a isso o fato inquestionável de que a imensa maioria dos trabalhadores da iniciativa privada nem sequer pode sonhar com reajustes que recomponham o poder de compra corroído pela **inflação**, que dirá com aumentos salariais que podem variar entre 37% e 50%, como são os casos dos deputados, senadores, presidente e vice-presidente da República e ministros de Estado.

No entanto, o melhor para o Brasil é que toda essa indignação - justíssima - seja mais bem direcionada e sirva como um ponto de partida para uma discussão mais profunda sobre a estrutura do Estado e os fins a que ele se destina. Decerto não haveria tanta resistência aos aumentos salariais do funcionalismo público se os cidadãos percebessem que em troca de uma alta carga tributária podem contar com o Estado quando precisam dele para resolver alguns de seus problemas.

O caminho mais tentador - e fácil - é canalizar a fúria cívica para a concessão dos aumentos salariais por si só e desqualificar a chamada classe política como uma súcia indistinguível de saqueadores do Tesouro. Trata-se de uma abordagem não apenas errada, como extremamente perigosa.

Errada porque parte de uma premissa infundada. É claro que há uma casta de **servidores públicos** cobertos por um manto de privilégios que em tudo afronta a própria ideia de República. Mas não se pode tomar uma parte pelo todo e nem tampouco olhar para o serviço público, inclusive para a atividade política,

como uma espécie de sacerdócio. Ora, **servidores públicos** são trabalhadores que devem ser remunerados à altura de suas responsabilidades como quaisquer outros.

A aversão indiscriminada aos políticos e a mera indignação quanto à sua remuneração, além de infrutíferas, são muito perigosas porque abrem uma avenida para aventureiros que fazem da negação da política uma plataforma para chegar a postos de liderança na própria esfera política, usando o sentimento popular como mola propulsora de suas ambições pessoais. O que foi a eleição de um histriônico deputado como Jair Bolsonaro para a Presidência da República se não o resultado dessa apropriação maliciosa e indigna da insatisfação generalizada de uma expressiva parcela de brasileiros?

A discussão sobre o funcionamento do Estado no País tem sido muito rasteira, especialmente contaminada pela mixórdia de opiniões difundidas pelas redes sociais. Em geral, opõe, de um lado, os que defendem um "Estado grande", intervencionista, indutor do crescimento, e, de outro, os que pugnam por um "Estado mínimo", que seja capaz apenas de oferecer serviços públicos básicos e garantir um ambiente fértil para os negócios.

Ora, esse debate em torno do tamanho do Estado - e os custos para manutenção de sua estrutura, incluindo o funcionalismo - é menos importante do que discutir o rol de objetivos que o País deve atingir coletivamente. Essa discussão deve ser primordialmente feita no Congresso, por meio de representantes eleitos, sem prejuízo da participação de organizações da sociedade civil, por óbvio, e derivar em uma reforma administrativa, há muito defendida por este jornal, que reflita esse conjunto de aspirações comuns da sociedade.

Mais do que acossar parlamentares pelos aumentos salariais concedidos aos **servidores públicos**, é preciso que a sociedade pressione o Congresso para dar seguimento a uma reforma administrativa sem a qual o passar dos anos não será nada além de uma sucessão de lamentos - justos, mas inúteis.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula conclui até quarta o ministério



Marina Silva: ex-deputada deve voltar ao comando do Meio Ambiente depois de 14 anos e exige que futura Autoridade Climática seja subordinada à pasta

Andrea Jubé e Rafael Walendorf De Brasília

De volta a Brasília, após passar o Natal em São Paulo, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) concluirá a formação do futuro ministério, com o anúncio dos titulares das 16 pastas restantes previsto para quarta-feira.

Os principais impasses ainda envolvem o destino da senadora Simone Tebet (MDB-MS), e o titular do Ministério do Planejamento.

Na sexta-feira, Lula definiu que a deputada eleita por São Paulo (Rede) Marina Silva será a ministra do Meio Ambiente. Ele queria outro desenho para o Meio Ambiente, que contemplava Simone Tebet no comando do ministério, e Marina à frente da Autoridade Climática, função vinculada à estrutura da Presidência. Tebet aceitaria a missão mediante o aval de Marina, o que não ocorreu.

Segundo parlamentares a par dessas tratativas, Marina declinou do convite, argumentando que a Autoridade Climática é cargo técnico, e deve compor a estrutura do Meio Ambiente. Ciente de que precisa de Marina porque ela é uma liderança ambiental com respaldo internacional, Lula a convidou para a pasta. A deputada da Rede não revela o convite publicamente, mas seus aliados confirmam que ela reassumirá o cargo que exerceu no primeiro governo Lula durante cinco anos e meio, de 2003 até maio de 2008.

Esse movimento reacendeu a incerteza em torno do espaço de Tebet.

Lula tenta convencer o MDB a aceitar a direção de dois ministérios.

A pasta dos Transportes ficaria com o senador Renan Filho (MDB-AL), enquanto Tebet iria para o Ministério das Cidades.

Vitrine eleitoral, Cidades é disputado por MDB e União Brasil.

Mas o MDB não reivindica a pasta para Tebet, e, sim, para o deputado José Priante (MDB-PA), aliado do governador reeleito do Pará, Hélder Barbalho (MDB).

Em relação ao Planejamento, o favorito para a pasta continua sendo o economista André Lara Resende, que rejeitou o primeiro convite. Mesmo assim, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ainda nutre expectativa de uma reviravolta. Se Lara persistir na negativa, é cotado para o posto de líder do PT na Câmara, deputado Reginaldo Lopes.

Serão anunciados até quarta-feira os futuros ministros ligados aos partidos do centro, que não fizeram campanha para Lula. A cota do PSD ficará com o senador Carlos Fávaro (PSD-MT) no Ministério da Agricultura, e com o senador Alexandre Silveira (PSDMG) no Ministério de Minas e Energia, contemplando o grupo do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Um movimento fundamental para a escolha de Fávaro - e que contou com a digital do ex-ministro Blairo Maggi, aliado de Lula - foi a mudança de partido dos dois suplentes. Margareth Buzzetti e José Lacerda, que eram do PP, migraram para o PSD. Havia o temor de que Fávaro no ministério desfalcasse a bancada governista no Senado, já que Buzzetti (primeira suplente) apoiou o presidente Jair Bolsonaro (PL).

O deputado federal Neri Geller (PP-MT), que também era cotado para a Agricultura, ficará com a presidência da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), um dos postos mais concorridos do segundo escalão.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), que atuou por Lula no Estado, reivindica a pasta do Turismo para o deputado reeleito Pedro Paulo (PSD-RJ), mas o União Brasil e o MDB também miram o espaço.

Em relação ao grupo político do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), formado por cerca de 150 deputados que seguem a liderança do alagoano, está avançada a indicação do líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA) para o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Pelo acordo, a pasta será entregue, juntamente, com a cobiçada Companhia de Desenvolvimento do Vale do São

Francisco (Codevasf).

Ampliando a cota de ministros do PT, o deputado federal Paulo Pimenta (RS) assumirá a Secretaria de Comunicação Social (Secom), que voltará à estrutura do Palácio do Planalto, com status de ministério.

Caberá ao deputado reeleito e secretário-geral do PT, Paulo Teixeira (SP), o comando das Comunicações.

Alçado ao primeiro escalão, Teixeira terá que se afastar da Executiva Nacional, abrindo uma vaga na cúpula partidária. O mais cotado para o espaço é o deputado federal eleito Lindbergh Farias (RJ).

Ainda deve ficar com o PT a pasta do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. O PT gaúcho tentou emplacar o deputado estadual Adão Pretto, que concorreu ao governo do Rio Grande do Sul. Mas como Pimenta assumirá a Secom, a pasta deve ir para outro grupo petista.

Resta definir Pesca e Aquicultura, e a **Previdência Social**. O primeiro está na mira de PV, Solidariedade e Avante. Mas Solidariedade prefere Previdência, que iria para o presidente da sigla, o deputado não reeleito Paulo Pereira da Silva.

Lula deve indicar a ex-jogadora de vôlei Ana Moser no Ministério do Esporte, e a deputada eleita Sonia Guajajara (Psol-SP) no Ministério dos Povos Indígenas.

Se forem confirmadas, bem como Tebet, subirá para dez as mulheres no primeiro escalão.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187417?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187417?page=1§ion=1)**

Justiça paga R\$ 1,6 bilhão em novo lote de atrasados do INSS (inss)

Luciana Lazarini

A Justiça Federal liberou o lote mensal de atrasados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). Recebem o dinheiro aposentados, pensionistas e outros segurados que ganharam ações com atrasados de até R\$ 72.720, desde que o pagamento tenha sido emitido pela Justiça no mês de novembro.

O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou, na última terça (20), um total de R\$ 1,636 bilhão para quitar ações de benefícios previdenciários e assistenciais, a exemplo de revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, que somam 82.480 processos, com 107.012 beneficiários.

Considerando também os processos que não são ligados a benefícios do **INSS** e assistenciais, os tribunais receberam, no total, R\$ 1,975 bilhão, para 181.518 beneficiários.

A data da liberação do dinheiro em uma conta da Caixa ou do Banco do Brasil depende do cronograma de cada tribunal onde a ação foi analisada.

Para entrar em um dos lotes mensais de atrasados, a ação precisa ter sido finalizada, sem possibilidades de recursos do **INSS**, etapa que ocorre após o trânsito em julgado. Além disso, a Justiça precisa ter emitido a ordem de pagamento (fase que é chamada de requisição ou autuação do processo).

Os processos com atrasados de até 60 salários mínimos são pagos por meio de RPVs (Requisições de Pequeno Valor).

TRF da 1ª Região (DF, MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

TRF da 2ª Região (RJ e ES)

TRF da 3ª Região (SP e MS)

TRF da 4ª Região (RS, PR e SC)

TRF da 5ª Região (PE, CE, AL, SE, RN e PB)

Têm direito aos atrasados neste lote os segurados que processaram o **INSS** e ganharam a ação, e cuja data da ordem de pagamento do juiz seja denovembro de

2022. É preciso que o processo seja de até 60 salários mínimos, pois atrasados com valores maiores viram precatórios, que têm um outro sistema de pagamento, com liberação em apenas um lote por ano.

As RPVs a serem pagas são referentes à concessão ou revisão de:

Passo a passo no TRF-3:

Como saber se entrei nesse lote?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/12/justica-paga-r-16-bilhao-em-novo-lote-de-atrasados-do-inss.shtml>

The screenshot shows the top of the Folha de São Paulo website. At the top, there is a navigation bar with the newspaper's name and various menu options. Below this, there is a large banner with the headline "6 meninas foram estupradas por hora no Brasil" and a sub-headline "para prevenção de feminicídio". The main article is titled "Justiça paga R\$ 1,6 bilhão em novo lote de atrasados do INSS". The article text is partially visible, discussing the payment of overdue INSS benefits. To the right of the article, there are several smaller sections, including "Estudo: PBAU" and "Mais notícias em português". At the bottom of the page, there is a section titled "Mais lidas em português" with a list of popular articles.

Veja quem pode pedir a aposentadoria do INSS com regras mais vantajosas (Previdência)

Flavia Kurotori

O trabalhador que atendia aos requisitos para se aposentar antes da reforma da Previdência, de 13 novembro de 2019, mas não solicitou o benefício à época, não pode ser prejudicado pela mudança na legislação. Este é o chamado direito adquirido, ou seja, o segurado não pode sofrer prejuízo pela implementação de nenhuma lei posterior ao preenchimento dos requisitos para receber a aposentadoria.

Isso significa que quem completou 30 anos de contribuição, no caso das mulheres ou 35 anos, se homem, antes de a reforma entrar em vigor tem o direito de pedir o benefício por tempo de contribuição pelas regras antigas, que não exigem idade mínima ou pedágio da regra de transição.

O mesmo vale, por exemplo, para segurados que aguardavam processo trabalhista, antes da mudança, para comprovar ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que haviam cumprido as regras. Ao solicitar a aposentadoria, o sistema faz os cálculos com base nas contribuições registradas e deve conceder o benefício mais vantajoso.

"Uma vez preenchidos os requisitos, o direito adquirido se incorpora ao patrimônio jurídico do interessado, mesmo que ele só peça sua aplicação ao **INSS** posteriormente. Como o direito previdenciário é uma área que muda frequentemente, é importante que o trabalhador fique atento, pois pode interferir no planejamento previdenciário, adiando ou antecipando o benefício", explica Rômulo Saraiva, advogado previdenciário e colunista da Folha.

Já o trabalhador que tem o direito adquirido, mas continua contribuindo, precisa ficar atento ao solicitar o benefício, uma vez que a regra de transição pode ser mais vantajosa. Por lei, o **INSS** deve conceder o benefício que for mais vantajoso ao trabalhador.

Para saber qual regra vale mais a pena, o ideal é fazer um planejamento previdenciário, analisando os requisitos antigos e os atuais, assim como o tempo de contribuição até 13 de novembro de 2019.

"O segurado pode fazer uma simulação das regras de transição e das regras antigas no site do Meu **INSS**, mas ali ele não consegue saber o valor do benefício. O ideal seria procurar um advogado especializado na área previdenciária para que obtenha essa análise e saiba requerer o benefício na hora certa e com a melhor renda", orienta Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário).

Saraiva alerta de que não é incomum que a calculadora do **INSS** ofereça estimativas equivocadas, já que pode haver inconsistência no banco de dados do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais). Por isso, além de procurar um especialista para auxiliar no pedido de aposentadoria, é necessário reunir o maior número de documentos possível para comprovar o direito adquirido.

Os documentos exigidos variam de acordo com o histórico profissional de cada segurado. Contudo, os principais meios de comprovação são a carteira de trabalho, a GPS (Guia da **Previdência Social**) e o próprio extrato previdenciário fornecido pelo **INSS**.

A comprovação de serviço militar exige uma certidão específica, assim como profissionais expostos a ambientes nocivos precisam apresentar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). Quem processou o ex-empregador também precisa comprovar salários e valores conquistados na Justiça trabalhista com documentos processuais.

Além disso, Bramante lembra que períodos como trabalhador rural, em outro regime previdenciário, a exemplo de sistemas de previdência municipal ou estadual, e contribuições individuais como autônomo, empresário, eventual ou ministro de confissão religiosa, por exemplo, também entram na conta.

Se o pedido de aposentadoria foi negado ou não considerou a regra mais vantajosa, a primeira coisa que o segurado deve fazer é entrar com um recurso administrativo. "O Conselho de Recursos da **Previdência Social** é um órgão autônomo e pode ser uma saída estratégica em alguns casos, em vez de ingressar com ação judicial", diz Bramante, do IBDP.

A recomendação é recorrer à Justiça apenas quando a possibilidade de recurso administrativo se esgotar. Porém, Saraiva afirma que há situações controversas nas quais o **INSS** não costuma reconhecer o direito ao benefício -como é o caso da revisão da vida toda , aprovada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no início de dezembro.

Nestes casos, os tribunais se tornam a única opção. "Mesmo o STF tendo acatado o direito aos trabalhadores, o **INSS** não costuma reconhecer essa demanda administrativamente", diz o advogado previdenciário.

Vale lembrar que todas as etapas administrativas - pedido inicial, envio de documentos adicionais e solicitações de recursos administrativos- podem ser feitas pelo aplicativo Meu **INSS**. Toda a comunicação entre a Previdência e o usuário -como necessidade de documentos extras, bem como as justificativas para indeferimento- também é feita pela plataforma.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/12/veja-quem-pode-pedir-a-aposentadoria-do-inss-com-regras-mais-vantajosas.shtml>

Mercado quer foco no gasto

O consenso dos analistas ouvidos pelo Correio é de que a questão fiscal precisará ser atacada com uma política voltada para o corte de despesas, algo que não foi sinalizado pelo novo governo enquanto defendia a aprovação da PEC da Transição. "O novo arcabouço fiscal precisa ser voltado para o gasto, mas ainda não sabemos que caminho vão seguir", afirma Evandro Buccini, diretor de Crédito Multimercados da Rio Bravo.

Um ponto positivo, segundo os analistas, é a sinalização do futuro governo de que pretende fazer uma **reforma tributária** mais ao agrado do mercado, com o economista Bernard Appy, pai da PEC 45/2020, que tramita na Câmara. "Essa proposta foi bastante negociada e pode ser melhor digerida pela sociedade e, por isso, tem mais chances de avanço", aposta Alessandra Ribeiro.

A nomeação de Appy para conduzir a reforma é um dos consensos entre os analistas, que, entretanto, mantêm reservas quanto a outros integrantes da equipe econômica. "Alguns nomes são de gente nova que parece competente, mas o fato de o pessoal da PUC ter ficado de fora é preocupante", destaca Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset, em referência aos economistas Pérsio Arida e André Lara Resende, os pais do Plano Real, que integraram a transição, mas não tiveram cargos no novo governo. "São economistas qualificados e com bom trabalho prestado ao país no passado. Isso não é bom", lamenta. (RH)

Reforma começa pelo consumo

CÁSSIA ALMEIDA

Os **impostos** sobre consumo, que incidem sobre produtos e serviços, tornam o sistema tributário do país ainda mais desigual. As alíquotas diferentes para cada produto e isenções beneficiam mais o topo da pirâmide de renda, levando os mais pobres a pagarem proporcionalmente mais **tributos** que os mais ricos. Um dos desafios do novo governo é avançar com uma **reforma tributária** que consiga aumentar a eficiência da economia e, ao mesmo tempo, reduzir a desigualdade. Especialistas dizem que unificar **impostos** e eliminar o efeito cascata dos **tributos** sobre consumo são os primeiros passos para tornar o sistema tributário mais justo.

A escolha do economista Bernard Appy para ocupar o cargo de secretário especial para **reforma tributária** mostra que a mudança nos **impostos** é uma das prioridades do governo eleito. Ele é um dos maiores especialistas no sistema tributário brasileiro e autor de proposta que tramita no Congresso de unificação dos **impostos** indiretos (PIS/Cofins, ICMS, IPI e ISS) no Imposto de Bens e Serviços (IBS), com poucas alíquotas e sem **impostos** em cascata. Um modelo já usado no mundo inteiro há décadas.

Há duas propostas em tramitação: a PEC 45/2019, que já foi aprovada em comissão especial e aguarda votação no plenário da Câmara, e a PEC 110/2019, que tramita no Senado. Após as discussões, as propostas se aproximaram, com a diferença que a PEC 45 propõe um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) único, enquanto a PEC 110 estabelece um imposto dual, com um tributo para União e outro para estados e municípios.

Estudo de Débora Cardoso Freire, professora da UFMG, juntamente com Edson Paulo Domingues, da mesma universidade, mostra que a **reforma tributária** que está tramitando no Congresso reduz o índice de Gini -que mede a desigualdade na distribuição de renda -em 2%.

-Só em tirar os **impostos** em cascata já reduz o custo de produção de itens mais consumidos pelos mais pobres -explica Débora. - Há grandes chances de (a reforma) acontecer no ano que vem. É prioridade do governo eleito. As propostas estão bem maduras e as discussões, bem avançadas.

GUERRA FISCAL

Uma das desigualdades mais latentes provocada pelo sistema atual tem relação com as isenções da cesta básica, pois beneficia todos sem distinção de renda. Simulações feitas no Rio Grande do Sul indicam que o benefício per capita com as isenções é de R\$ 95 para famílias com renda de até dois salários mínimos, subindo para R\$ 345 para que têm renda acima de 25 salários mínimos.

Ao desonerar a carne para a cesta básica, isenta-se também o filé mignon e a picanha do pagamento de PIS/Cofins, por exemplo. Larissa Luzia Longo, pesquisadora do Núcleo de Tributação do Insper e do Centro de Cidadania Fiscal, explica que não é viável determinar cada produto de um grupo de alimentos. Por isso, desonera-se o grupo inteiro:

- O produto desonerado é carne, não dá para segmentar tanto, porque o custo de fiscalizar fica inviável. Por isso, carnes nobres acabam isentas.

E há ainda as isenções que acabam sendo inseridas na lista sem explicação:

- Toda a vez que a gente abre espaço para isenções e redução de alíquotas, acabam aparecendo umas bizarrices, com isenção para salmão, caviar, foie gras. No Mato Grosso do Sul, carne de jacaré entrou na lista de isenções -diz Marina Thiago, gerente do Movimento Pra Ser Justo, que reúne entidades que defendem a **reforma tributária**.

A desigualdade cai muito pouco com os benefícios tributários que são dados aos alimentos, segundo Marina. Estudo do Banco Central mostra que o índice de Gini cai apenas 0,1%, com a perda anual de R\$ 18,6 bilhões na arrecadação.

A guerra fiscal entre governos regionais, para atrair investimento para seus estados, também agrava a desigualdade e tem como efeito colateral tornar serviços essenciais, como energia elétrica e telecomunicações, os mais tributados.

-Não se discute o problema grave que é a guerra fiscal erodindo a base de arrecadação dos estados. Sobram três produtos e serviços que são imunes à guerra fiscal, combustíveis, telecomunicações e energia, que concentram os **tributos** - afirma o economista Rodrigo Orair, pesquisador licenciado do Ipea.

Uma lei federal aprovada no fim de junho determinou que esses três itens se tornassem bens essenciais,

limitando a alíquota de ICMS sobre eles a 17% ou 18%. Mesmo com o corte, eles ainda são mais tributados que outros serviços. Educação e saúde privadas, usados pelos mais ricos, têm carga de 11,8% e 6% respectivamente.

-Produtos agropecuários e alimentares, têxteis, vestuário e calçados são mais tributados que serviços de estética, hotelaria, academia, mais consumidos pelos mais ricos -exemplifica Orair.

DISPARIDADE REGIONAL

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, mostra a diferença no consumo desses produtos e serviços. O peso do vestuário na cesta de compras das famílias com renda até R\$ 1.908 é o dobro do que entre as famílias com ganhos acima de R\$ 23.850. Na alimentação, é o triplo.

Há ainda a desigualdade regional. Os benefícios e isenções fiscais que somaram R\$ 444 bilhões este ano de renúncia fiscal ficaram concentrados nos municípios mais ricos. Pelas contas do Ministério da Economia, 20% dos municípios mais ricos ficam com 29,6% dos benefícios fiscais federais, enquanto os 20% mais pobres com 2,4%.

Pelas contas divulgadas pelo movimento Pra Ser Justo, o município que tem a maior arrecadação per capita pode gastar 202 vezes mais com cada habitante do que o município com o menor recolhimento. Com a reforma, essa diferença cai para 20 vezes.

-A **reforma tributária** não é só sobre simplificação, tem potencial muito grande de tornar o sistema mais progressivo (a carga tributária cresce conforme aumenta a renda) e com menos desigualdade regional. A reforma da tributação do consumo tem um poder muito grande nessas duas frentes- afirma Marina, do Movimento Pra Ser Justo.

R\$ 6 TRI EM PROCESSOS

Uma maneira de intensificar os efeitos distributivos da reforma é devolver parte dos **impostos** para os mais pobres. Se feita a devolução do imposto cobrado aos 30% mais pobres, a melhora na distribuição de renda é de 3,2%, segundo o estudo de Débora, da UFMG. A devolução dos **tributos** seria feita para os inscritos no Cadastro Único do governo federal, porta de entrada para conseguir benefícios sociais.

Em novembro do ano passado, o Rio Grande do Sul começou a implantar esse modelo no ICMS, com a devolução em um cartão para as famílias de menor renda, inscritas no Cadastro Único. O alvo são 591 mil famílias, e eles já alcançaram 406 mil, que retiraram o

cartão para receber os R\$ 100 trimestrais.

- Pelos nossos cálculos, a carga fiscal para essas famílias vai cair de 8% para 4% -diz Ricardo Neves Pereira, subsecretário da Receita Estadual.

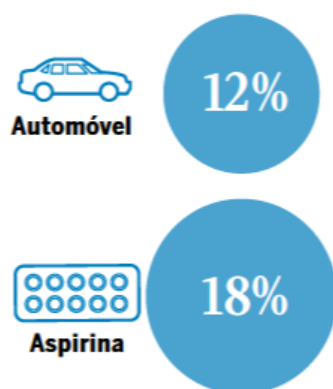
Com uma infinidade de alíquotas e isenções, o Brasil tem estoque de ações na Justiça e administrativas estimado em 75% do Produto Interno Bruto (**PIB**), mais de R\$ 6 trilhões. É o caso da farinha de rosca. Pão e farinha de trigo são isentos de PIS/Cofins, mas a farinha de rosca que é pão triturado, não. Foram seis anos de discussão, com a questão indo até o tribunal superior para decidir se a farinha de rosca teria direito à alíquota zero. E o tribunal decidiu contra a farinha de rosca.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

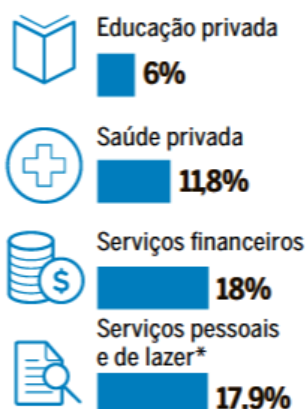
A INJUSTIÇA POR DENTRO DOS TRIBUTOS

Iisenções agravam desequilíbrio na carga tributária de bens e serviços, que pesa mais no bolso dos mais pobres

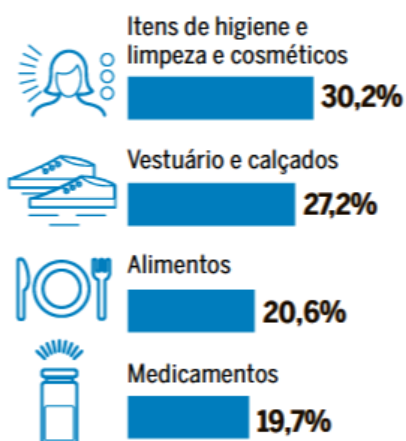
O ICMS que incide sobre um automóvel é menor que o cobrado de um medicamento



Impostos sobre serviços mais consumidos pelos ricos

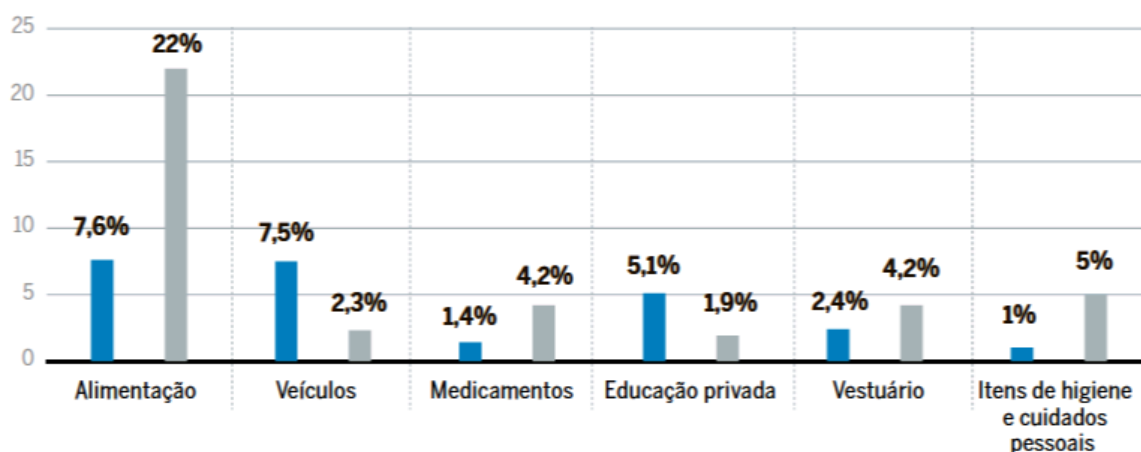


Impostos sobre itens que mais pesam no orçamento dos pobres



Além de mais tributados, itens básicos consomem mais renda das famílias pobres
Peso da despesa no orçamento familiar

■ Fatia comprometida em lares com renda de até R\$ 1.908
■ Fatia comprometida em lares com renda acima de R\$ 23.850



Entre os alimentos isentos dos impostos federais PIS/Cofins estão muitos consumidos somente por classes altas



*Estética, cabeleireiro, hotelaria e academia de ginástica
Fonte: Estudo do economista licenciado do Ipea, Rodrigo Orair, Movimento Pra Ser Justo e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/2017-2018)

Os caminhos para o crescimento sustentável

- SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

O novo governo toma posse em seis dias, com o desafio de preparar bases para um crescimento de fato sustentável a taxas mais elevadas, um objetivo que o país está longe de alcançar nas últimas décadas. A tarefa mais imediata é adotar uma política fiscal responsável, que permita ao Banco Central (BC) iniciar um ciclo de cortes da Selic neste ano e garanta que os juros possam ser mantidos em níveis baixos. É fundamental ainda desenvolver uma agenda para elevar a produtividade -sem isso, a economia não vai escapar da armadilha do baixo crescimento.

No fim de março de 2014, no último ano do primeiro governo de Dilma Rousseff, o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, previu que o **PIB** cresceria em média 4% entre 2014 e 2022, num "novo ciclo da economia", ao participar de evento na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP). Considerando um crescimento de 3% para este ano, o ritmo anual de expansão para o período de 2014 a 2022 será de apenas 0,3%, muito distante dos 4% estimados por Mantega.

A coleção de erros do primeiro mandato de Dilma - como a política fiscal irresponsável, o inchaço do BNDES, a política de preços e a corrupção na Petrobras e a intervenção no setor elétrico - jogou a economia brasileira na recessão que durou do segundo trimestre de 2014 ao quarto trimestre de 2016. O **PIB** recuou 3,5% em 2015 e 3,3% no ano seguinte. Fatores como a queda dos preços de commodities também tiveram peso na história.

Mesmo depois da saída da recessão, a economia brasileira não decolou. O **PIB** cresceu a uma média de 1,4% no triênio 2017 a 2019, sofreu um tombo de 33% em 2020, devido ao impacto da pandemia da covid-19, e se recuperou em 2021 e 2022. No ano passado, avançou 5%, numa reação ao mergulho do ano anterior; neste ano, deve crescer algo na casa de 3%. A alta de 2022 reflete em parte os estímulos eleitorais do governo de Jair Bolsonaro e em parte o efeito mais forte da reabertura da economia, em especial no setor de serviços, depois do fim das medidas de restrições à mobilidade social, com a melhora dos números da covid.

De março de 2015 a novembro deste ano, o Indicador

de Incerteza da Economia (IIE) da FGV ficou em 121,5 pontos. Um índice acima de 110 pontos é considerado elevado. Num quadro incerto, muitos empresários tendem a adiar investimentos e contratações formais. O IIE ainda seguia acima de 110 pontos em novembro - ficou em 112,1 pontos.

Tornar o cenário menos indefinido passa por uma condução responsável das contas públicas pelo novo governo, que aponte para uma trajetória sustentável da dívida do governo.

Os golpes seguidos na credibilidade do teto de gastos no governo Bolsonaro, com as várias medidas que permitiram despesas fora dos limites **impostos** pelo mecanismo, aumentaram as incertezas fiscais. Um dos efeitos foi o aumento dos juros de longo prazo. Desde outubro de 2021, as taxas dos títulos do Tesouro atrelados à **inflação** que vencem em 2045 oscilam quase sempre entre 5,5% e 6,5%, um nível insustentável. Com a PEC da Transição, que permite gastos extras de pelo menos R\$ 168 bilhões, e os sinais dúbios do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sobre a política fiscal, os juros de longo prazo têm se mantido entre 6,3% e 6,5%, descontada a **inflação** - um pouco antes do segundo turno, estavam um pouco abaixo de 6%.

O desenho de uma nova regra fiscal, em substituição ao teto de gastos, poderá reduzir incertezas, se for bem feita e indicar uma trajetória de estabilização e queda da dívida bruta no médio e longo prazo. Pela PEC da Transição, aprovada na semana passada pelo Congresso, a nova âncora fiscal deve ser apresentada até agosto do ano que vem, por lei complementar. O anúncio de medidas que apontem para o controle de despesas obrigatórias também pode contribuir para reduzir os juros de longo prazo, aliviar a pressão sobre o câmbio e, com isso, permitir que o BC comece mais cedo um ciclo de queda da Selic.

Se trabalhar nessa direção, o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, abrirá espaço para a economia retomar o crescimento com mais força. De um avanço do **PIB** de 3% em 2022, as estimativas para 2023 indicam para um desempenho bem mais fraco. A A.C. Pastore Associados, por exemplo, projeta queda de 0,2%, enquanto o Bradesco prevê alta de 1%. O **PIB** perdeu força no terceiro trimestre deste ano, pode ficar estável no quarto trimestre e registrar

contração em um ou mais trimestres de 2023, pelo impacto defasado da alta da Selic, que subiu de 2% para 13,75% ao ano entre março de 2021 e agosto deste ano, e pelo efeito da desaceleração global. Quanto antes o BC começara baixar os juros, mais rápida será a volta do crescimento, um ponto fundamental para a popularidade de Lula, que assumirá um país dividido politicamente.

A outra tarefa do governo essencial para a economia é uma agenda ampla para melhorar a produtividade, a opção que resta ao país para acelerar as taxas de crescimento de modo sustentável. O Brasil não tem mais a seu favor o bônus demográfico, uma vez que a população em idade de trabalhar já cresce a um ritmo inferior ao da população total. Com isso, encerrou-se a fase mais favorável da estrutura etária do país para o crescimento.

Haddad tem dito que vai dar prioridade à **reforma tributária**, uma boa notícia. Não por acaso, escolheu Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) com secretário especial da Fazenda para o tema. Uma proposta que simplifique e reduza distorções do sistema de **impostos** do país ajudaria a tornar a economia brasileira mais eficiente. No Congresso, tramita a emenda 45, baseada em projeto do CCiF que propõe a instituição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), não cumulativo, a partir da unificação de cinco **tributos**-os federais IPI, PIS e Cofins, o ICMS estadual e o ISS municipal.

O esforço para aumentar a produtividade, porém, passa por um conjunto amplo de medidas, com impactos em geral de médio e longo prazo. É o caso de mudanças na educação, investimentos em infraestrutura, abertura comercial e redução de incertezas que melhorem o ambiente de negócios. Haddad escolheu Marcos Barbosa Pinto, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para a Secretaria de Reformas do ministério. Ainda não está claro como será a atuação de Barbosa Pinto, mas a agenda da produtividade exige iniciativas que vão além do alcance da Fazenda, além de requerer uma ação coordenada de todo o governo e de sintonia com o Congresso. Sem a melhora da produtividade, o crescimento não vai decolar de modo sustentável. A renda per capita aumentará pouco e o país não terá sucesso em reduzir a pobreza e a desigualdade.

Política fiscal crível e produtividade são os principais desafios

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187417?page=1§ion=1>

Haddad deixou marcas próprias como gestor, mas foi criticado por atropelos



Fernando Haddad (PT), que lidou com cenários opostos nas finanças no MEC e na Prefeitura de SP. Eduardo Anelli - 1.mai.2019

Angela Pinho e Artur Rodrigues

Obstinado para uns, teimoso para outros. A persistência de Fernando Haddad (PT) como gestor público deixou marcas na educação e na cidade de São Paulo. Algumas se consolidaram após críticas iniciais, como o Prouni e as ruas abertas para pedestres. Outras, como a reformulação do Fies e o táxi preto, revelaram-se problemáticas.

À frente do Ministério da Educação (2005-2012) e da Prefeitura de São Paulo (2013-2016), o futuro ministro da Fazenda de Lula trabalhou em contextos opostos.

Em Brasília, com explosão de recursos para investir em meio a crescimento do **PIB** e da fatia do orçamento destinada ao MEC.

Na capital paulista, com escassez após os protestos de 2013 e a queda dos repasses federais em meio à crise política e econômica do governo Dilma Rousseff (PT).

Apesar da diferença, algumas características se mantiveram constantes.

Tanto no MEC como na prefeitura, Haddad buscou obter espaço no orçamento com aumento da arrecadação de fontes já existentes e economia em contratos correntes.

Nessa linha, em sua passagem pelo governo federal,

promoveu medidas para ampliar a arrecadação do salário-educação e derrubar a DRU (Desvinculação de Receitas da União) para a educação, medida que permitia ao governo utilizar como quisesse até 20% dos gastos obrigatórios.

O mecanismo depois voltou a vigorar no governo Michel **Temer** (MDB) e foi renovado na semana passada pelo Congresso, com a anuência do governo eleito.

Com o Prouni, que desenhou em parceria com sua esposa, Ana Estela, Haddad conseguiu trazer para a educação, por meio de isenção fiscal, recursos que se fossem pagos iriam para o caixa geral do governo. O programa abate parte dos **tributos** devidos por instituições de ensino em troca de bolsas de estudo.

Entre a responsabilidade fiscal e o Fies

Ao articular no Congresso a aprovação do piso salarial do professor, projeto de Cristovam Buarque, mais de uma vez Haddad manifestou preocupação com o fator de correção introduzido pelos parlamentares na lei, maior que a **inflação**. Sua posição foi vencida, e o percentual de reajuste dos salários dos docentes é até hoje alvo constante de reclamações de professores.

Por outro lado, é da época de sua gestão no MEC a redução dos juros do Fies, programa de financiamento estudantil, para uma taxa menor do que a **inflação**. A medida fazia parte de pacote de mudanças no programa que incluiu o fim da exigência de fiador.

O empréstimo, na prática, virou subsídio. Sem exigência de qualidade, faculdades particulares aderiram em massa ao programa, e a inadimplência explodiu em anos seguintes.

Aliados de Haddad atribuem a decisão da redução de juros do Fies a medida do Conselho Monetário Nacional, mas à época o então ministro da Educação comemorou a medida como "histórica".

Recentemente, Haddad justificou que, em seu último ano à frente do MEC, em 2011, o Fies financiou cerca de 150 mil estudantes, número previsto no Plano Plurianual de 1998 (governo FHC) e "muito aquém das necessidades de acesso à educação no país".

Na prefeitura, na área das finanças, o petista realizou ações para desafogar o orçamento, mas foi alvo de críticas até de aliados por demorar a recuar do reajuste das tarifas de ônibus em meio aos protestos de 2013, outro fruto da insistência em manter os planos -ou teimosia, para os críticos.

Com poucas verbas devido à crise econômica, Haddad deixou a cidade com grandes obras paralisadas, entre as quais a de um hospital, e muitos problemas de zeladoria. O número de buracos tapados caiu para menos da metade no período, de 76 mil em 2013 para 36 mil em 2016.

"Ele cobrava muito fortemente a questão do bom uso do dinheiro público. Logo no começo [da gestão] teve um corte de 20% de todos os contratos, e ele acompanhava muito os resultados", lembra Luciana **Temer**, que foi secretária de Assistência Social na gestão de Haddad.

Além de promover o corte, no primeiro ano de sua gestão na prefeitura, Haddad criou a CGM (Controladoria Geral do Município), que descobriu a máfia dos fiscais, responsável pelo desvio de mais de R\$ 500 milhões em valores da época.

No último ano do mandato, obteve a renegociação da dívida com a União, que fez o saldo devedor da cidade despencar de R\$ 74 bilhões para R\$ 27,5 bilhões.

40 DIAS DE GRAU DE INVESTIMENTO

A renegociação permitiu que a cidade obtivesse pela agência Fitch em 12 de novembro de 2015 o chamado grau de investimento, selo de bom pagador que facilita a obtenção de crédito.

A nota da agência citou a redução da dívida e o patamar de gasto do município com pessoal de 40%, abaixo dos 60% permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas o próprio texto já mencionava uma "perspectiva negativa" devido ao rebaixamento anterior da nota do Brasil.

Não deu outra. Em 16 de dezembro, a agência tirou o grau de investimento do Brasil e, seis dias depois, fez o mesmo com a cidade de São Paulo e outras localidades do país sob o argumento de que, devido às características institucionais brasileiras, nenhum ente subnacional conseguiria ter uma nota maior que o nacional.

Durou 40 dias o grau de investimento paulistano.

METAS E POPULARIDADE ENTRE PAULISTANOS E

POLÍTICOS

Com orçamento reduzido e crise econômica, Haddad manteve o plano de metas apresentado ao assumir. Ao fim do governo, havia cumprido integralmente 67 de 123 e era reprovado por 40% e aprovado por apenas 18% da população, segundo o Datafolha.

A baixa popularidade se refletiu na tentativa de reeleição, na qual obteve apenas 16,7% dos votos. Pela primeira vez na cidade desde a instituição de dois turnos, o pleito foi definido ainda na primeira rodada, com vitória de João Doria, então no PSDB.

Se as metas foram mantidas por Haddad na prefeitura mesmo após o orçamento minguar, no MEC indicadores e planilhas também deixaram marcas na gestão do petista. Após boa parte da esquerda passar anos criticando avaliações federais, Haddad ampliou a medida para todas as escolas públicas do país, criando a Prova Brasil.

Cada escola, município e estado do país ganhou uma meta, com o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

A divulgação dessas notas, assim como posteriormente das médias do Enem por escola, causou celeuma entre prefeitos e donos de escolas, que temiam os danos à reputação com a exposição de índices baixos de desempenho.

Auxiliares de Haddad lembram da romaria de políticos que iam ao MEC tentar demovê-lo da ideia. No meio da conversa, não resistiam à curiosidade e pediam para ver as notas do seu estado, da sua cidade, da escola dos filhos. A divulgação foi mantida.

ENEM E CICLOVIAS: MARCAS PRÓPRIAS E CRÍTICAS À FORMA

No ministério, outras marcas de Haddad foram a série de inaugurações de universidades e escolas técnicas federais e a reformulação do Enem.

Haddad anunciou sua intenção de transformar o exame em substituto dos vestibulares em reunião com reitores em uma noite de março de 2009.

Em outubro, exemplares da prova foram furtados na gráfica Plural, empresa na qual a Folha tinha participação minoritária. Após o desgaste do adiamento da prova, outras falhas se seguiram, como erros na divulgação de gabaritos.

Nomes ligados ao PSDB, como a ex-secretária da Educação paulista Maria Helena Guimarães Castro, atribuíram os problemas à forma considerada açodada

de mudar o exame, que hoje ainda é o principal processo seletivo do país.

Outra política pública de Haddad vista como importante, mas com críticas por supostos atropelos na execução, foi a expansão das ciclovias em São Paulo.

Embora sua gestão tenha promovido uma ampliação rápida das vias para bicicletas, construindo 400 km delas, houve trechos mal projetados e que geraram discórdia.

Na ocasião, o vereador Antonio Donato (PT), ex-secretário de Haddad, usou o plenário da Câmara para cobrar mais qualidade nos projetos. Ele disse que a política deveria ser debatida "não só com ciclistas, mas com moradores, comerciantes e todos os envolvidos, porque a rua não é só do ciclista".

A disputa pela rua se deu também com a criação de faixas de ônibus e a proibição de carros na avenida Paulista aos domingos. Apesar das críticas iniciais, as duas políticas foram mantidas e tiveram apoio da população.

Mesmo destino não teve o táxi preto, criado em 2015 pela gestão Haddad para concorrer com o Uber Black -modelo mais luxuoso do aplicativo de transporte.

Para aderir à modalidade, taxistas chegaram a pagar R\$ 60 mil na época pelo alvará. Dois anos depois da criação do modelo, nove em cada dez estavam endividados. O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a prefeitura a devolver os valores, o que irá ocorrer.

FOGO AMIGO

No Ministério da Fazenda, além de ideias, Haddad terá que ter capacidade política de implementá-las.

Em sua passagem pelo MEC, ele não teve grande dificuldade para aprovar projetos. O principal, além do piso do professor e do Fundeb, foi a extensão do ensino obrigatório para o ensino médio e a pré-escola -antes, só o fundamental era compulsório.

As propostas saíam de um núcleo duro que mesclava pessoas experientes com nomes mais jovens, alguns dos quais Haddad havia conhecido na vida acadêmica.

O então secretário-executivo José Henrique Paim, ministro da Educação em 2014, lembra que o chefe também costumava chamar a Brasília acadêmicos críticos das políticas da pasta para ouvir suas colocações, como o economista Claudio de Moura Castro.

Já na prefeitura, em meio a um orçamento enxuto, a realidade política foi diferente. Com uma base ampla, Haddad conseguiu aprovar projetos importantes como o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento, mas não escapou de tensão com vereadores que se queixavam de não ser atendidos, em um cenário que articulação política algumas vezes acabava terceirizada.

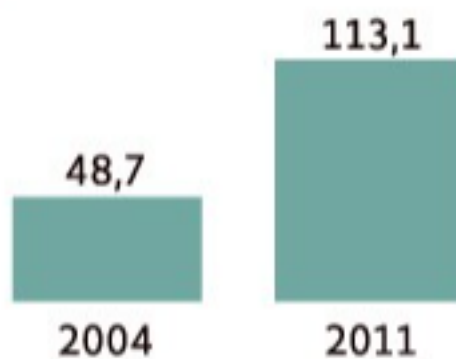
Ao longo da gestão, Haddad se cercou de um grupo de acadêmicos, técnicos e pessoas próximas, que não participavam do cotidiano partidário. Por ouvir mais esse núcleo do que a sigla, era alvo constante de fogo amigo do PT.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50137&anchor=6470426&pd=03fb925301f0e7c7d5eda2ede4ea4471>

Orçamento do MEC*

Em R\$**

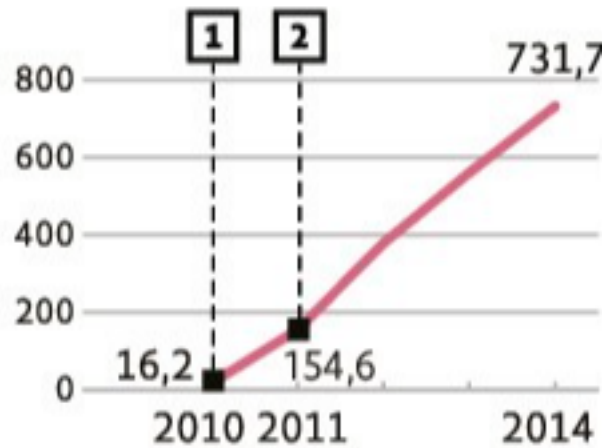


*Gastos empenhados e restos a pagar

**Corrigidos para valores atuais

Após novas regras, uso do Fies dispara

Novos alunos no Fies, em milhares



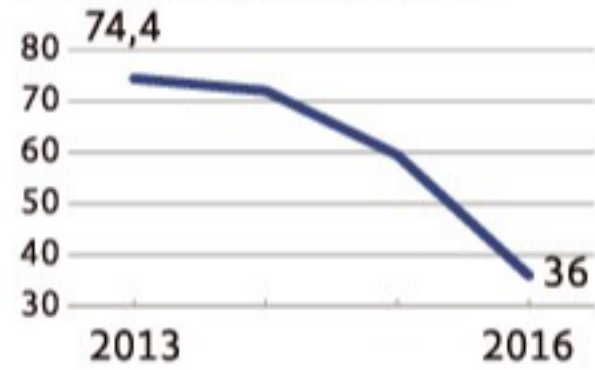
1 2010
Governo facilita condições
de financiamento

2 2011
Último ano completo
de Haddad

Fonte: FNDE

Operação tapa-buracos sofreu cortes

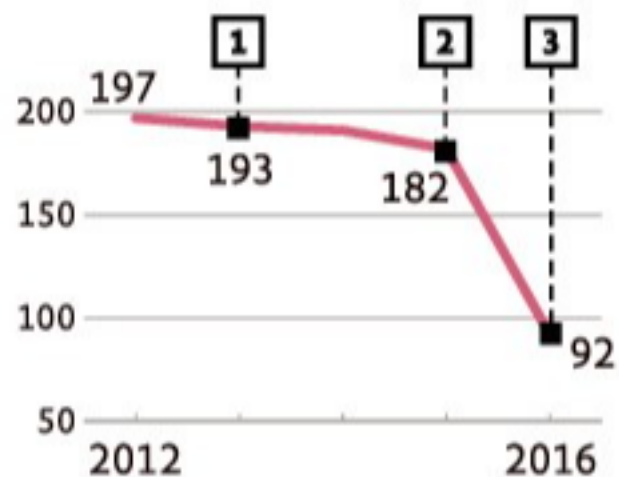
Nº de buracos tapados, em mil



Fonte: Prefeitura de SP

Endividamento da cidade de SP na gestão Haddad

Dívida consolidada líquida, em %



- 1 2013**
Haddad assume
- 2 2015**
Acordo de renegociação da dívida com a União
- 3 2016**
Último ano completo de Haddad

Fonte: Prefeitura de SP

Haddad cumpriu 54% das metas da prefeitura ao final do mandato

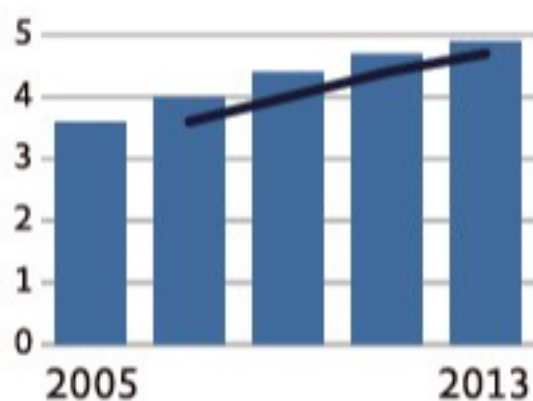


Total: **123**

Educação pública melhorou no nível fundamental, mas ficou abaixo da média no médio

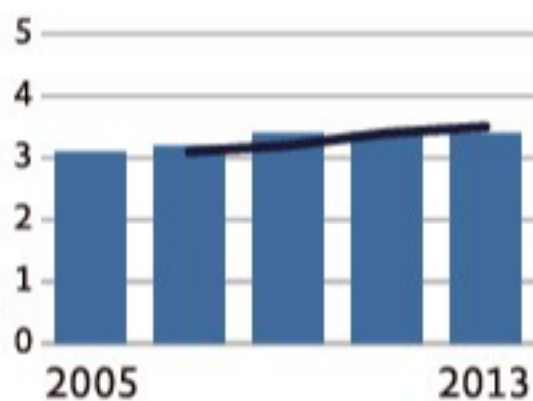
Ensino fundamental 1

■ Ideb
■ Meta*



Ensino médio

■ Ideb
■ Meta*



*2005 não tem meta

Fonte: Inep/QEdu

Renda dos mais pobres volta ao nível pré-Covid, mas continua longe do pico



Leonardo Viceli

rio de janeiro Com o avanço do mercado de trabalho e a trégua da **inflação**, a renda média dos 40% mais pobres retomou o patamar pré-pandemia nas regiões metropolitanas do país.

Mesmo com a melhora, concretizada no terceiro trimestre, o rendimento dos mais vulneráveis ainda está em torno de 22% abaixo do pico de uma série histórica iniciada em 2013. É o que indica a 113 edição do Boletim Desigualdade nas Metrópoles, que reúne dados de 22 regiões metropolitanas do país.

O estudo analisa o comportamento da renda do trabalho em termos reais (corrigida pela **inflação**). Recursos obtidos com outras fontes, como os benefícios sociais, não são levados em consideração.

Segundo o boletim, o rendimento médio domiciliar per capita (por pessoa) dos 40% mais pobres nas metrópoles subiu para R\$ 251 no terceiro trimestre de 2022-estava em R\$240 nos três meses imediatamente anteriores.

Como avanço entre julho e setembro deste ano, o indicador ficou em linha com o valor do primeiro trimestre de 2020 (R\$ 250), o que não havia ocorrido até então.

O estudo considera o primeiro trimestre de 2020 como o pré pandemia porque os impactos da crise sanitária sobre a renda do trabalho só apareceram com maior clareza a partir do segundo trimestre daquele ano.

O boletim é produzido em uma parceria que envolve o laboratório de estudos PUCRS Data Social, o Observatório das Metrópoles e a RedODSAL (Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina).

"Não é exatamente algo a ser comemorado, já que se trata de uma renda ainda muito baixa, mas é um marco em relação ao processo como um todo da pandemia", diz André Salata, pesquisador do PUCRS Data Social e um dos coordenadores do levantamento.

Além de viverem com menos, os 40% mais pobres também perderam mais rendimento em termos proporcionais no início da crise sanitária.

A renda média per capita desse grupo chegou a despencar a R\$ 164 no terceiro trimestre de 2020, o menor nível da série.

Para os responsáveis pelo boletim, a retomada recente reflete a combinação de pelo menos duas questões.

A primeira é a trégua da **inflação**, que perdeu força após cortes de **tributos** adotados pelo governo Jair Bolsonaro (PL) às vésperas das eleições.

A segunda é a recuperação da atividade econômica e do mercado de trabalho em meio ao avanço da vacinação contra a Covid-19.

A renda mais recente dos 40% mais pobres (R\$251) contudo, ainda ficou 22% abaixo do pico de R\$ 323. A máxima da série foi registrada no quarto trimestre de 2013.

No ano seguinte, o país começou a mergulhar em uma crise econômica que se estendeu até 2016. A recessão foi substituída nos anos seguintes por um período de baixo crescimento. A pandemia, a partir de 2020, complicou o quadro.

Esse contexto ajuda a explicar a renda ainda distante do pico da série para os mais pobres, segundo Marcelo Ribeiro, pesquisador do Observatório das

Metrópoles e professor do IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional), da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

"Não houve uma mudança estrutural que pudesse alavancar um crescimento mais robusto", diz Ribeiro, que também coordena o boletim sobre a desigualdade nas regiões metropolitanas.

Ele destaca que a continuidade da recuperação dos mais pobres vai depender em parte das medidas adotadas pelo governo Lula.

"Considerando que o próximo governo tem uma perspectiva de atuação mais ativa na economia, pode ter uma repercussão sobre o mercado de trabalho." Setores como o mercado financeiro, por outro lado, já demonstraram preocupação com um possível aumento de gastos na gestão petista.

A renda domiciliar per capita, analisada pelo estudo, corresponde ao rendimento do trabalho dividido pela quantidade de pessoas em cada residência.

O levantamento utiliza microdados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), produzida pelo IBGE.

No terceiro trimestre de 2022, a classe média também teve uma melhora na renda do trabalho nas metrópoles, sinaliza o boletim.

Entre julho e setembro, o rendimento dos 50% intermediários foi estimado em R\$ 1.470 -era de R\$ 1.409 nos três meses anteriores. O resultado mais recente ficou um pouco acima do primeiro trimestre de 2020 (R\$ 1.463).

Segundo os pesquisadores, esse grupo sentiu menos a chegada da pandemia, porque os seus ganhos tiveram uma perda menos intensa do que a dos mais pobres em termos proporcionais.

Mesmo assim, os 50% intermediários só conseguiram alcançar o patamar pré-crise entre julho e setembro deste ano.

A renda deles ainda está 2,3% abaixo do pico da série histórica. A máxima, de R\$ 1.505, foi verificada no quarto trimestre de 2014.

Já o grupo descrito como o dos 10% mais ricos nas metrópoles teve a renda do trabalho estimada em R\$ 7.475 no terceiro trimestre de 2022.

O rendimento dessa camada também mostrou melhora nos últimos meses, mas está 6,6% abaixo do período pré-pandemia. A renda era de R\$ 7.999 no

primeiro trimestre de 2020.

De acordo com os pesquisadores, a **inflação** reduziu os ganhos dos mais ricos, que ainda tenta retornar o nível pré-crise dos salários.

Eles receberam, em média, 30 vezes o ganho dos 40% mais pobres nas regiões metropolitanas entre julho e setembro. A desigualdade até já foi maior ao longo da crise sanitária.

Na média geral, a renda per capita do trabalho nas metrópoles subiu para R\$ 1.575 no terceiro trimestre deste ano, acima dos R\$ 1.513 dos três meses imediatamente anteriores. O indicador, contudo, segue abaixo do pré-crise (R\$ 1.618).

"Apesar de o segmento dos 40% mais pobres ter recuperado o nível pré-pandemia, a renda no geral não se recuperou. Isso é relevante para mostrar que os mais pobres têm uma renda tão baixa. O aumento [nessa camada] foi insignificante para fazer com que o rendimento no geral pudesse retornar o nível pré-pandêmico", destaca Ribeiro.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Novo governo precisa acabar com permissividade de normas do trânsito

(Editorial)

Depois de concluir o curso de Direito, Mylena Teixeira de Azevedo, 23 anos, mandou uma longa mensagem a um grupo de amigas da faculdade para dizer que não considerava a formatura uma despedida "porque ainda temos uma vida pela frente, seja de amizade, seja de trabalho". "Estaremos juntas", concluiu. Três dias depois, numa manhã de sábado em novembro, Mylena morreu quando o carro em que estava com amigos bateu numa árvore do Aterro do Flamengo na volta de uma festa. O motorista, Luiz Guilherme Bragança, estava alcoolizado, segundo uma amiga de Mylena que estava no carro. No enterro, a mãe de Mylena pedia por justiça.

Muitos continuam a pedir. É o caso da família de Marina Harkot, 28, socióloga, mestre em arquitetura, que fazia doutorado em mobilidade urbana e morreu atropelada há dois anos em São Paulo quando andava de bicicleta na Zona Oeste. O motorista foi acusado de dirigir embriagado e de não prestar socorro à vítima. A defesa recorreu contra a decisão de levar o réu a júri popular, mas o recurso foi negado.

Em 2021, apesar das restrições à circulação impostas pela pandemia, houve 31.468 mortes nas ruas e nas estradas, apenas 6% menos que em 2020. A maior parte das vítimas costuma ter entre 20 a 29 anos. A falta de rigor nas punições, a revisão da velocidade permitida em vias urbanas e uma reavaliação do Código de Trânsito Brasileiro levaram mais de 30 organizações a encaminhar reivindicações à equipe de transição de governo em Brasília.

Representantes das organizações estiveram com o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, e com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (também ciclista). Receberam deles a indicação de que encaminhariam as reivindicações ao grupo de Cidades que atua na transição. A principal delas é a revisão do limite de velocidade permitida nas áreas urbanas, que desperta forte resistência. Um argumento a favor é o que aconteceu em São Paulo em 2015, quando o então prefeito Fernando Haddad reduziu a velocidade máxima nas marginais Pinheiros e Tietê. As mortes caíram 52% nas vias expressas.

A União de Ciclistas do Brasil (UCB) também

apresentará ao novo Congresso a proposta de um projeto de lei para reduzir a velocidade permitida no país todo. Outra demanda é que o governo reveja retrocessos **impostos** pelo presidente Jair Bolsonaro, como dobrar a pontuação na carteira de motorista que leva à suspensão e reduzir a fiscalização e o monitoramento por radar nas estradas. Mesmo em acidentes graves, se o responsável não estiver embriagado, pode pagar fiança, evitar a prisão e trocar a pena por serviços comunitários. A embriaguez ao volante, que provavelmente vitimou Mylena e Marina, também precisa ser fiscalizada e punida com rigor, por meio de blitz como a da Lei Seca no Rio de Janeiro.

Além de inaceitável, é incompreensível um governo que se diz conservador, como o que administrou o Brasil nos últimos quatro anos, adotar normas mais lenientes e permissivas que incentivam o crime. Na Amazônia, nas armas ou no trânsito.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação na meta em 2023 parece cada vez mais distante



Tatiana Nogueira, da XP: tributação sobre combustíveis é fonte de incerteza

Marta Watanabe e Anaís Fernandes De São Paulo

Com alívio esperado em preços livres, principalmente alimentos e bens industriais, a **inflação** em 2023 deve ser mais pressionada por preços administrados e continuar rodando acima do teto da meta do Banco Central (BC). Segundo mediana das estimativas de 114 consultorias e instituições financeiras consultadas pelo Valor, a **inflação** pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar o ano que vem em 5,2%, desacelerando um pouco em relação aos 5,8% projetados para 2022. Para 2024 a mediana das estimativas de 105 casas é de 3,7%, taxa que reflete em parte o receio do impacto do quadro fiscal no comportamento de preços a médio prazo. Os dados da pesquisa foram coletados de 12 a 23 de dezembro.

A mediana das novas projeções indica para este ano um IPCA que deve ficar 0,1 ponto percentual abaixo do esperado em pesquisa do Valor divulgada no dia 5. Ao contrário, as estimativas para 2023 e 2024 pioraram um pouco na nova pesquisa e ficaram, para os dois períodos, 0,2 ponto percentual acima da mediana das projeções anteriores. A **inflação** do centro da meta do BC para 2023 é de 3,25%, com teto de 4,75%.

Enquanto os "vilões" da **inflação** em 2022 foram alimentação e serviços, para o ano que vem a pressão deve vir mais dos preços administrados, aponta Fábio

Romão, economista da LCA Consultores. Ele projeta um IPCA de 5,6% neste ano, com altas de 11,5% em alimentação e bebidas e de 7,9% em serviços.

Para 2023 ele espera IPCA de 5,2%, com alta de apenas 2,6% em alimentação e bebidas. Serviços devem subir, mas com pressão menor, fechando com alta de 5,7%. A maior mudança de comportamento é esperada em preços administrados, para os quais ele projeta avanço de 6,6% em 2023, após deflação esperada de 6% neste ano.

Parte do movimento de desaceleração na alimentação já é percebida desde o segundo semestre de 2022, com moderação em preços de commodities, diz Romão. Para o ano que vem, com perspectiva de safra boa e crescimento econômico baixo, não deve haver espaço para grandes ajustes, avalia.

Os serviços também devem ser fator de decompressão no ano que vem, mas essa é "uma pulga atrás da orelha da autoridade monetária", diz. "As pessoas ficaram em casa na pandemia e agora há clara preferência pelo consumo de serviços, o que acaba autorizando reajustes. Parte dessa demanda será atendida neste ano e o **PIB** vai crescer menos em 2023, então os serviços devem desacelerar." Flávio Serrano, economista da BlueLine Asset, destaca que o IPCA-15 de dezembro, divulgado pelo IBGE na sexta-feira, traz ponto positivo ao mostrar desaceleração em serviços subjacentes, mais sensíveis à atividade econômica. É um sinal de melhora que, caso persista, diz, pode indicar que a atividade se desacelera mais fortemente, sob impacto da política monetária, refletindo-se na **inflação** de serviços. Se o cenário se confirmar nos próximos meses, diz, será importante para definir a **inflação** no próximo ano. Por enquanto ele projeta IPCA de 5,6% para 2022 e de 5,2% para 2023, com decompressão de preços livres, principalmente em bens industriais e alimentação no domicílio.

Tatiana Nogueira, economista da XP, também espera para o ano que vem a continuidade da trajetória que se desenhou ao fim deste ano. Em 2023, diz, a alta de serviços deve se desacelerar e os bens industriais devem ter desinflação mais forte, com deflação em alguns grupos, como bens duráveis.

Ela estima que os bens industriais como um todo

fechem com alta de 8% neste ano, caindo para 3% a 4% em 2023. "Depende também do câmbio, mas acreditamos que há espaço para essa desaceleração." Uma fonte de incerteza para a **inflação** de 2023, diz ela, são os preços administrados. Parte disso, ressalta, depende de como vai evoluir a tributação sobre combustíveis.

No segundo semestre deste ano, lembra, a **inflação** foi em parte contida com redução de **tributos**, como os federais PIS e Cofins sobre combustíveis e o estadual ICMS sobre energia elétrica, combustíveis e telecomunicações.

A XP, diz Tatiana, projeta **inflação** de 5,6% em 2022 e para o ano que vem o IPCA de 5,4% já inclui a reoneração dos federais PIS e Cofins sobre gasolina, etanol e diesel.

No âmbito dos Estados, diz, uma definição importante esperada para o primeiro trimestre de 2023 é sobre o ICMS da gasolina, dada a possível interpretação de não essencialidade desse combustível.

Caso a gasolina volte a ser tributado por alíquotas de ICMS vigentes até antes da redução do imposto, a **inflação** estimada para 2023 pode aumentar em 0,25 ponto percentual.

"Há muita vontade dos Estados em retomar a tributação porque há grande perda de receita com a redução desse ICMS, mas o custo político é alto." Caso se confirme a alta para o ICMS da gasolina a partir da segunda metade do ano que vem, diz João Savignon, economista da Kínitro Capital, a **inflação** de administrados poderia chegar a 9,6% em 2023. Isso, calcula, levaria a uma IPCA de 6,5% em 2023, mas como é esperada uma "curva melhor" nos alimentos, um ajuste manteve a estimativa da Kínitro em 6,1% no ano que vem. A projeção para 2022 é de IPCA de 5,6%.

Uma aceleração da **inflação** no ano que vem tem implicações para 2024, ressalta Savignon. "Vai ter uma inércia maior e a questão do ICMS deve ficar como um elemento para 2023", afirma, acrescentando que sua projeção de IPCA para 2024 passou de 3,5% para 4,2%. O centro da meta de **inflação** do BC em 2024 é de 3%, com teto de 4,5%.

Outra questão importante para o cenário de **inflação** à frente, diz Tatiana, é a eventual expansão fiscal que a discussão sobre a PEC da transição trouxe para o radar. O canal de transmissão mais imediato disso à **inflação**, que é por meio do efeito de programas de transferência de renda na demanda agregada, diz ela, já está computado na **inflação** estimada para o ano que vem. A preocupação maior, porém, é o efeito no

médio prazo, a partir de 2024, quando pode haver impacto de outros canais de transmissão, por meio da precificação de ativos de risco, desancoragem de expectativas e alta do juro neutro.

Gastos do governo muito mais elevados e sem definição de regra fiscal crível, diz, podem fazer a **inflação** ficar desancorada por muito mais tempo. Parte desse risco já está nos 4% de IPCA estimados pela XP em 2024. Antes da apresentação e votação da PEC da Transição, diz, a projeção era de 3,3%.

Mais otimista, Serrano, da Blue- Line, projeta IPCA de 3,2% para 2024. Ele explica que o quadro fiscal é uma das incógnitas para o próximo ano, mas, por enquanto, sua projeção ainda dá mais peso à esperada desaceleração da atividade e seu efeitos sobre preços. "Mas se o fiscal piorar muito, essa projeção para 2024 fica sob risco."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187417?page=1§ion=1>

BC escreverá carta por descumprir meta

Larissa Garcia

Pelo segundo ano seguido, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, terá que escrever uma carta aberta ao ministro da Economia por ter descumprido a meta de **inflação**, que deve terminar este ano perto de 6%, acima da meta de 3,5%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais e para menos. Para que não precisasse se justificar, o índice deveria ficar em, no máximo, 5%.

No ano passado, a **inflação** importada foi destaque na alta de preços, com elevação das commodities internacionais combinada com depreciação do real, que deixou os insumos ainda mais caros em moeda local. Neste ano, segundo economistas ouvidos pelo Valor, o ambiente externo também deve aparecer entre os motivos a serem elencados na carta, principalmente em virtude da guerra na Ucrânia e de eventos como a política de "covid zero" na China.

Pelo sistema atual, implementado em 1999, as metas são definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em junho para três anos-calendários à frente.

Quando a **inflação** não fica dentro do intervalo determinado, o presidente do BC precisa escrever a carta de justificativa, além de detalhar seu plano para que os preços voltem a ter estabilidade.

Segundo o diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, a inércia - quando a **inflação** passada afeta o índice corrente - deve ser protagonista em 2022. Além disso, os preços de serviços surpreenderam para cima com a retomada da economia e impulsos fiscais.

"Os determinantes para o descumprimento da meta no ano passado eram mais externos, tinha um pouco de escassez hídrica e a **inflação** importada. Neste ano, tem um componente inercial mais forte e **inflação** de serviços mais forte, esses componentes são importantes para este ano", afirmou em entrevista coletiva após a apresentação do Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI).

O documento apontou 100% de chance de a **inflação** ultrapassar o teto da meta neste ano. A projeção central da autoridade monetária para 2022 é de 6%. No pior cenário, segundo as simulações do BC, poderia chegar a 6,2% e, no melhor, a 5,8%. Em junho, o mercado chegou a estimar 8,89% para 2022, mas os cortes de **impostos** para baratear combustíveis e outros itens com preços monitorados

fizeram com que as expectativas caíssem.

A segunda carta será escrita sob risco de estouro do limite máximo da meta pelo terceiro ano seguido: em 2023, a chance de a **inflação** ficar abaixo do piso é de 1% e a de ficar acima do teto é de 57%. Para o próximo ano, a expectativa central é de 5,0%, acima do centro e do teto da meta de 3,25%, com limite máximo de 4,75%.

Campos será o segundo presidente do BC a ter que se justificar duas vezes seguidas. Antes dele, apenas Henrique Meirelles passou por isso em dois anos consecutivos - 2002 e 2003, quando a **inflação** alcançou 12,53% e 9,30%, respectivamente. Ao todo, foram escritas seis cartas, apenas em 2017 por ter ficado abaixo do piso, na gestão de Ilan Goldfajn.

O texto antecipa a decomposição da **inflação** do ano, que normalmente é divulgada no relatório de **inflação** de março. Em 2021, a **inflação** acumulou alta de 10,06%, 6,31 pontos acima do ponto central da meta para o período. Desses, 4,38 pontos vieram da **inflação** importada, 1,21 de inércia do ano anterior, 1,02 de demais fatores, 0,67 de bandeira de energia e 0,25 de expectativas. No sentido oposto, o hiato do produto, que mede a ociosidade da economia, contribuiu em 1,21 ponto para baixo.

Para Reinaldo Le Grazie, sócio da Panamby Capital e ex-diretor de política monetária do BC, ter de se justificar pela segunda vez seguida não deve afetar a credibilidade da autoridade monetária, já que há "argumentos justificáveis".

"Todos os países que têm o sistema [de metas] vai ter que justificar descumprimento. Vivemos um período atípico e está muito claro o que gerou **inflação** neste ano. Tivemos muitos choques, de energia, agrícola, além da demanda pósvacinação, que impulsionou também serviços com mais força do que a gente imaginava", avalia.

Fábio Terra, professor de economia da Universidade Federal do ABC (UFABC), pontua que a meta vai ser descumprida, mas a **inflação** em 2022 tem trajetória mais benigna do que em 2021 e que a tendência é de continuidade dessa melhora.

Para ele, o BC vai citar o aumento das commodities, gargalos na oferta global, a retomada do setor de serviços e a inércia. "Talvez apareça menção aos administrados terem sido benéficos à **inflação**, e

inclusive para à própria inércia, em função da queda dos **impostos**." "Acho que vem [na carta] a inércia maior, mas também os choques externos", disse o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez. Segundo ele, os impulsos fiscais de medidas como a ampliação do Auxílio Brasil geraram pressão na demanda e um crescimento econômico que não foi "orgânico", aquecendo o consumo e, especialmente, o setor de serviços. Sanchez chamou atenção, ainda, para a elevação das expectativas de **inflação** de 2025, que, segundo o relatório Focus, subiu para 3,10%. Há um mês, os economistas consultados pelo BC apostavam que o índice ficaria em 3%, no centro da meta.

Em seu ponto de vista, a elevação deriva de riscos fiscais em meio a ruídos em torno das propostas do governo eleito. Para ele, o BC mostra compromisso ao indicar que vai reagir caso o cenário se deteriore.

Para Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, o BC deve destacar que a atividade econômica, especialmente o setor de serviços, surpreendeu ao longo do ano.

"A inércia da **inflação** deve ser mencionada na carta, outro tema que deve abordar é a pressão de custos ao longo do primeiro trimestre deste ano", ressalta. "O BC vai se mostrar bem vigilante e indicar que vai deixar a taxa de juros em patamar elevado para garantir que no ano que vem esse problema não ocorra, que vão ser cautelosos e que vão pecar pelo excesso." "Provavelmente o BC dará peso para o cenário externo, focando nos choques de oferta adversos, commodities em geral, e na guerra da Ucrânia, que afetou o preço do petróleo no primeiro semestre. No campo doméstico, o impulso fiscal gerado pelo governo contribuiu para acelerar a **inflação** do lado dos serviços", afirma Ricardo Pompermaier, da Davos Investimentos.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187417?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187417?page=1§ion=1)

Política fiscal evolui em acordo com o Reino Unido (Artigo)

Luciana Nobrega e Silva Loureiro é sócia da área tributária do Trench Rossi Watanabe

Em novembro, Brasil e Reino Unido assinaram o tratado voltado à eliminação da dupla tributação em relação aos **tributos** sobre a renda e à prevenção da evasão e da elisão fiscais, que certamente fomentará o comércio entre os dois países quando entrar em vigor. Contudo, seu marco mais importante é que o sucesso das negociações reflete uma mudança substancial na política fiscal internacional brasileira.

Historicamente, o Brasil prezou por políticas que favorecem a arrecadação tributária dentro do seu contexto como importador de capital, sendo uma das principais a tributação sobre a importação de serviços e sobre o licenciamento de propriedade intelectual, com base no critério de fonte de pagamento. O sistema tributário brasileiro prevê a incidência do Imposto de Renda na fonte a alíquotas de 15% ou 25% sobre a remuneração pela prestação de serviços ou pagamento de royalties a beneficiário não residente. A incidência tributária não está condicionada ao local da prestação do serviço ou da utilização do bem ou direito, basta que a fonte pagadora seja residente fiscal no Brasil.

O tratado sinaliza uma mudança na política fiscal brasileira, mais alinhada aos padrões internacionais

Esse amplo escopo tributário tem como intuito coibir a saída de recursos do país a título de importação de serviços e propriedade intelectual, fomentar a indústria, o comércio e o desenvolvimento de tecnologia local. Além disso, assegura a arrecadação tributária sobre rendimentos auferidos por não residentes decorrentes de operações comerciais com partes brasileiras de forma abrangente, simples e eficiente.

Um modelo fiscal alternativo à tributação com base na fonte de pagamentos, muito adotado por legislações estrangeiras, considera como critério para atração de competência tributária a fonte de produção, determinada pela análise de presença física local significativa do não residente, seja diretamente ou através de representantes. A hipótese de incidência tributária é a geração de valor atribuída às atividades exercidas em território nacional pelo não residente através de um estabelecimento permanente local,

conforme conceituado pela legislação doméstica. Embora exista a previsão legislativa para a tributação nessas bases no ordenamento jurídico brasileiro, a aplicação tem sido tímida, em contraposição à ampla tributação na fonte.

Em paralelo, as regras de preços de transferência brasileiras asseguram que empresas estrangeiras reconheçam margens de lucro tributável no Brasil, inclusive em operações de baixa complexidade. Todavia, as margens fixas previstas na legislação brasileira são, por vezes, superiores aos parâmetros determinados após a realização de análises de riscos, ativos e funções e exercícios de comparabilidade exercidos pelas jurisdições que adotam as Diretrizes de Preços de Transferência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ou seja, com frequência, uma parcela do lucro do grupo multinacional sofre tributação tanto no Brasil quanto no exterior, resultando em dupla tributação. Esse efeito poderia ser neutralizado por meio da concessão de ajustes fiscais, o que é comumente adotado de forma bilateral como parte de tratados. Porém, até a assinatura do tratado com o Reino Unido, o Brasil nunca havia aceitado essa obrigação.

A nítida preferência pelo critério de fonte de pagamento, em detrimento à aplicação do conceito de estabelecimento permanente para determinar a base tributável de não residentes, bem como a recusa do Brasil em conceder ajustes fiscais em cenários de dupla tributação em um contexto de divergências na aplicação de regras de preços de transferência domésticas, vinham dificultando as negociações com parceiros comerciais importantes. A recusa em conceder ajustes fiscais foi, inclusive, um dos elementos que motivou a Alemanha a denunciar o tratado que tinha com o Brasil em 2005. Hoje, o Brasil possui 36 tratados em vigor, mas apenas 12 deles com países com **PIB** superior a US\$ 1 trilhão. Nessa lista estão ausentes parceiros relevantes, como os Estados Unidos e a própria Alemanha.

Esses obstáculos foram superados nas tratativas com o Reino Unido. O tratado prevê não só a concessão de ajustes fiscais, como também uma limitação progressiva da alíquota do Imposto de Renda na fonte incidente sobre a prestação de serviços técnicos de 8% a 0%, conforme o passar dos anos de vigência do acordo. O alinhamento do sistema de preços de

transferência às diretrizes da OCDE já havia sido sinalizado pelas autoridades fiscais em pronunciamentos públicos recentemente. Todavia, a eliminação da alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre a importação de serviços prevista no tratado com o Reino Unido é a primeira flexibilização adotada pelo Brasil ao modelo de tributação com base na fonte de pagamento.

O tratado, nesse momento em que o Brasil busca a sua admissão como membro da OCDE, sinaliza uma mudança na política fiscal brasileira, mais alinhada aos padrões internacionais e convidativa ao fortalecimento de relações comerciais. É possível, se não provável, que ela seja sucedida de uma alteração na legislação doméstica para expandir o escopo do conceito de estabelecimento permanente e passar a exercer, assim, a competência tributária com base em fontes de produção. O tratado deve, portanto, ser celebrado não só como uma vitória diplomática dos governos envolvidos, mas também como uma ruptura de paradigmas e um convite à retomada de negociações com outras jurisdições importantes para o comércio internacional brasileiro.

Luciana Nobrega e Silva Loureiro é sócia da área tributária do Trench Rossi Watanabe

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187417?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187417?page=1§ion=1)**

Reino Unido viu ano de instabilidade inédita, e até alface derrubou líder



Porta da residência oficial do premiê do Reino Unido, no número 10 da Downing Street, em Londres Daniel Leal - 23.nov.22/APP

Michele Oliveira

Não foi um ano ameno para o Reino Unido. Seja na política, na economia ou na monarquia, 2022 será lembrado pela efervescência que se espalhou das mudanças climáticas às instituições, produzindo números e sentimentos negativos que devem permanecer ao longo de 2023 e podem influenciar o resultado das próximas eleições, em 2024.

Muitas das cifras foram recordes, como as registradas pelos termômetros durante o verão. Três ondas de calor atingiram o país entre junho e agosto, e pela primeira vez na história os britânicos enfrentaram um calor de 40,3°C, medidos em Coningsby.

Em meio a uma emergência nacional -causada pelas crise acelerada pela ação humana, segundo especialistas-, serviços como os trens e o comércio foram afetados por interrupções, com mais de 3.200 mortes associadas ao calor.

O clima de fritura atingiu também a política, mas não se restringiu ao verão. Em maio, um relatório produzido pelo governo revelou detalhes das festas ocorridas no número 10 da Downing Street, casa oficial do primeiro-ministro em Londres, em 2020 e 2021, durante datas em que os britânicos enfrentavam restrições impostas para controlar o avanço do coronavírus.

Com 60 páginas, o documento mencionava a participação de mais de 80 pessoas ligadas ao governo em comemorações que se estenderam até a

madrugada, deixaram paredes sujas de vinho e ocorreram inclusive na véspera do funeral do príncipe Philip.

O então primeiro-ministro Boris Johnson participou de ao menos oito festinhas, e o desgaste provocado pelo escândalo que foi chamado de "partygate" se somou a outras crises acumuladas em seus três anos no cargo. Em julho, depois de ter sobrevivido a um voto de desconfiança pouco antes, foi forçado a renunciar diante de uma debandada de ministros e funcionários.

A instabilidade política que rondava Londres se aprofundou. Em menos de quatro meses, o Reino Unido teve uma sequência de três primeiros-ministros, uma aberração até mesmo para os padrões da Itália, onde a queda do chefe de governo se tornou tão inerente à cultura local quanto a pizza.

Após a saída de Boris, o processo eleitoral interno do Partido Conservador terminou em setembro com a vitória de Liz Truss, então ministra das Relações Exteriores. Terceira mulher a assumir o posto, Truss lançou um plano econômico, chamado de miniorçamento, baseado em corte de **impostos** e aumento de empréstimos. Foi um desastre que abalou os mercados e levou a libra ao seu menor patamar em quase 40 anos em relação ao dólar.

Alvo de críticas de todos os lados, Truss passou a ser considerada altamente perecível, o que levou ao surgimento de um dos personagens mais surreais deste ano -a alface que sobreviveria à sua permanência no cargo.

Após a comparação entre longevidades ter sido feita pela revista The Economist, o tabloide Daily Star passou a transmitir em tempo real o apodrecimento de uma verdura, enquanto a situação de Truss ficava cada vez mais insustentável. Passados somente 44 dias desde a posse, Truss caiu -e a alface venceu.

O curtíssimo mandato não foi marcado só pelo caos econômico. Dois dias depois de assumir, Truss foi ofuscada pela morte da rainha Elizabeth 2ª, aos 96 anos, acontecimento que parou o país e o mundo. Em meio à inquietação política, o Reino Unido perdia um dos seus maiores símbolos de estabilidade.

A subida ao trono de Charles 3º, menos popular que a

mãe e o filho William, deu novo fôlego ao movimento antimonarquia no país, que defende a substituição do regime pela escolha do chefe de Estado por meio de eleições. Seja como for, a coroação do rei e da rainha Camilla -uma virada e tanto para quem um dia já foi odiada pelos britânicos- está marcada para maio de 2023.

No fim de outubro, o ex-ministro das Finanças Rishi Sunak tornou-se o terceiro premiê do ano, após ser indicado pelo Partido Conservador. Milionário, jovem e descendente de indianos, assumiu com a tarefa de tirar o país da crise política, econômica e social.

O ano britânico também foi de indicadores que há tempos não eram observados no país. O principal deles foi a **inflação**, que atingiu 11,1% em outubro, a maior taxa em 41 anos. A alta do custo de vida tem sido impulsionada pelos preços de alimentos (+16,4%) e de moradia (+11,7%), como eletricidade e gás, um reflexo direto da Guerra da Ucrânia.

O tema é, de longe, a maior preocupação da população. Em dezembro, pesquisa YouGov mostrou que para 66% dos britânicos a economia é o assunto mais importante, seguida pela saúde (47%). No fim de novembro, o desempenho de Sunak era reprovado pela maioria de 51%.

A insatisfação tanto com o custo de vida quanto com o governo se traduz, neste fim de ano, em uma série de greves de trabalhadores de serviços públicos, que pedem reajustes de salários que acompanhem a **inflação**. Pela primeira vez em mais de um século, até profissionais da enfermagem cruzaram os braços.

Enquanto tentava resistir à pressão dos sindicatos, Sunak anunciava um novo plano para frear a imigração ilegal, outra área que acumulou recordes em 2022 -o ano deve terminar com cerca de 50 mil pessoas chegando ao Reino Unido por barcos que atravessam o Canal da Mancha. Entre as medidas, um comando de militares para atuar na área.

A imigração é o assunto mais importante para apenas 33% dos britânicos, mas é um tema caro ao Partido Conservador e um dos combustíveis que levaram ao brexit. Concretizada em 2020, a saída da União Europeia é considerada um ponto-chave nas razões do ano turbulento por que passou o Reino Unido, e as explicações passam pela linha de que é ruim estar mal acompanhado, mas pior é estar sozinho.

Embora parte dos problemas sejam compartilhados com os vizinhos europeus, como a alta do custo de vida causada pela guerra, os britânicos colecionam desempenhos e perspectivas piores. Enquanto na UE o **PIB** cresceu 0,2% no terceiro trimestre, entre julho e

setembro, no Reino Unido houve queda de 0,3%. A economia britânica vai terminar o ano ultrapassada pela Índia, que se tornará a quinta maior do mundo.

Para a maioria da população, 51%, a saída do bloco europeu foi uma decisão errada, enquanto 34% acreditam que a escolha foi certa -percentual bem inferior aos 52% que escolheram a saída no referendo de 2016.

Economistas preveem que os britânicos só devem sair da recessão na metade de 2024, ano em que as próximas eleições para o Parlamento devem ser realizadas. E, ao que tudo indica, o Partido Conservador, no comando do governo desde 2010, deverá ter dificuldades para manter sua maioria. Ainda segundo o instituto YouGov, 48% dizem que votariam hoje no Partido Trabalhista, a principal legenda da oposição, e somente 23% declaram intenção de voto na sigla dos conservadores.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50137&anchor=6470426&pd=03fb925301f0e7c7d5eda2ede4ea4471>



Relembre o ano de 2022 no Reino Unido

- **Maio:** relatório dá detalhes das festas clandestinas em Downing Street
- **Junho:** ondas de calor causam recordes de temperaturas e mais de 3.000 mortes
- **Julho:** sob pressão e fritura interna, Boris Johnson renuncia ao cargo de premiê
- **Setembro:** Liz Truss vence disputa interna entre conservadores e se torna primeira-ministra
- Dois dias após posse de Truss, morre a rainha Elizabeth 2ª, aos 96 anos
- Charles 3º é proclamado rei; coroação está marcada para maio de 2023
- **Outubro:** governo de Truss entra em crise após pacote econômico desastroso
- Primeira-ministra renuncia e perde disputa para pé de alface
- Rishi Sunak assume liderança do Partido Conservador e cargo de premiê

Cenário desfavorável no horizonte

Rosana Hessel

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumirá o terceiro mandato com desafios muito maiores do que os que enfrentou em 2003, quando foi eleito pela primeira vez para ser o servidor número um do país. Cumprir a principal promessa, de combater a pobreza, que voltou a crescer e atinge 33 milhões de brasileiros, será uma tarefa difícil, porque ele herdará uma economia mais combatida do que quando estava no poder, com Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial baixo, entre 1,5% e 2%. E, sem uma boa política econômica que se preocupe também com a questão fiscal, Lula não conseguirá fazer muito mais pelo social, muito menos tirar o país da armadilha da renda média baixa, alertam especialistas. Eles lembram que a projeção de piora na questão fiscal acendeu o alerta do Banco Central que, na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), no início de dezembro, deixou a janela aberta para a volta do aumento da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,75% ao ano. Com isso, o freio de mão da atividade econômica ficará puxado ao longo do próximo ano.

O relatório da equipe de transição confirma esse cenário, ao constatar que o legado do último governo foi marcado "por baixo crescimento, **inflação** alta, perda de poder de compra do salário e perda de credibilidade do arcabouço fiscal, que culminou em uma proposta irrealista de lei orçamentária para 2023". O documento destaca que o crescimento médio do **PIB**, no período 2019-2021, foi próximo de 1% ao ano. Na média dos quatro anos, a expectativa é de que o governo Bolsonaro termine o mandato com crescimento médio próximo a 1,5%, inferior à média verificada no governo **Temer**.

De acordo com o economista Simão Davi Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP), existem dois cenários para a economia brasileira nada animadores. O primeiro, deste ano que ainda não terminou, teve algumas surpresas positivas de janeiro a junho, mas indica desaceleração no segundo semestre. Para piorar, apesar da queda do custo de vida ao longo do ano, a **inflação** ainda continua elevada. "Esse cenário benigno de 2022 não deve continuar, e 2023 é um ano com um cenário tóxico. As palavras do presidente eleito indicam um ano com desempenho ruim, do ponto de vista econômico, e, por extensão, do ponto de vista social", alerta. "Posse de Lula ocorrerá em paz", garante Dino, futuro ministro do Interior, morto atropelado por caminhão na BR-020 no domingo de Natal. Na avaliação de Silber, a

sinalização de Lula de retomar uma política de aumentar gastos e ressuscitar um domínio maior de empresas estatais vai ter um resultado completamente oposto da direção que ele está prometendo no combate à pobreza. "Se o presidente permanecer com essa política ruim, vamos ter um ano sem crescimento e com a **inflação** em aceleração. A perspectiva para 2023 é de que poderemos terminar o ano em estagflação, que é uma combinação de duas coisas ruins do ponto de vista macroeconômico: **inflação** alta e crescimento baixo", explica o professor da USP.

Silber demonstra também preocupação com o discurso heterodoxo dominante entre os integrantes da equipe de transição e de Lula, criticando o mercado e defendendo aumento de gastos, e o comando do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o ex-ministro da Casa Civil Aloizio Mercadante. "O fim desse filme é mais do que conhecido", frisa, em referência ao desastre da política de campeões nacionais capitaneada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Economia Desafios (foto: Thiago Fagundes) Coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), a economista Silvia Matos reforça o alerta sobre o processo de desaceleração da economia, que está em curso desde o terceiro trimestre deste ano. Ela, inclusive, não descarta queda do **PIB** no primeiro trimestre de 2023. "Os fatores positivos que ajudaram a mudar as projeções do **PIB** deste ano para cima, como o desempenho de serviços, não devem se repetir no próximo ano, pois o Brasil não está imune ao processo de desaceleração da economia global. Além disso, há uma política fiscal muito incerta que piora as expectativas", adverte.

A economista do Ibre ressalta que as projeções do mercado para a **inflação** voltaram a subir diante da perspectiva de uma política fiscal mais expansionista do próximo governo, a exemplo do que ocorreu com o atual, neste ano eleitoral. As projeções continuam acima do teto da meta deste ano e do próximo. "Estamos pagando um preço maior na desaceleração para encontrar a **inflação** mais acomodada. Com juros elevados na economia brasileira e no mundo, não é o momento para uma política fiscal expansionista. O Brasil não está em recessão, e o país ainda precisa passar pelo processo de controle da **inflação**", afirma.

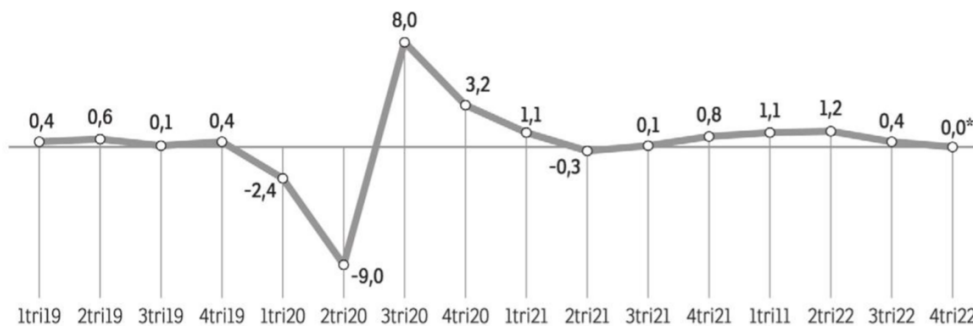
Novos desafios

Presidente Lula assume o comando do país pela terceira vez com uma economia fraca, com dificuldade para crescer e um cenário externo bem diferente do que o encontrado no primeiro mandato

Herança de Bolsonaro

Evolução do PIB nos últimos quatro anos mostra que o país não tem capacidade para sustentar crescimento mais forte

Varição do trimestre em relação ao anterior — Em %



*Projeção FGV Ibre

1,5%

PIB Potencial do Brasil, pelas projeções da FGV Ibre

0,4%

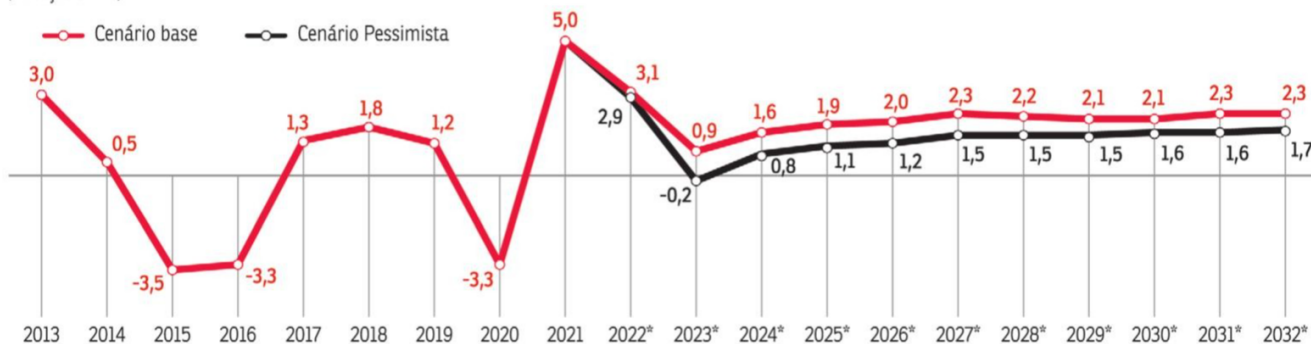
Carregamento estatístico do PIB de 2022 para o do ano seguinte estimado pelo FGV Ibre

0,2%

Projeção de crescimento do PIB em 2023, pelas projeções do FGV Ibre

Evolução do PIB

Economia brasileira deve crescer pouco nos próximos anos, tanto no cenário base quanto no pessimista, os mais prováveis da Tendências Consultoria (Variação em %)

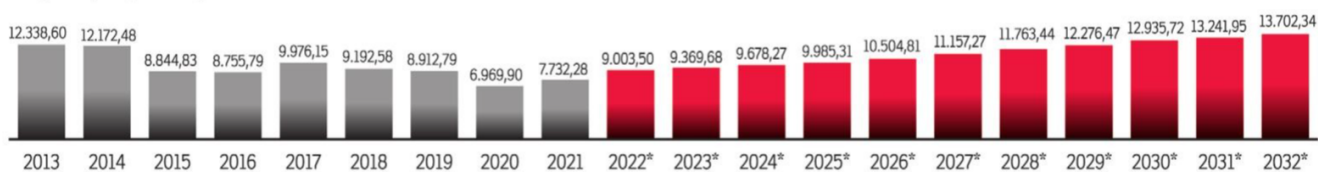


*Projeção da Tendências no cenário base, com probabilidade de 60%, e no cenário pessimista, de 35%

Renda média baixa

Valor do PIB per capita, na melhor das hipóteses, voltará para dois dígitos em 2026 pelas projeções da Tendências

PIB per capita (Em US\$)



Inflação ainda alta

Apesar da queda do custo de vida em 2022, a inflação deve continuar acima da meta até 2025



Fontes: FGV Ibre e Tendências Consultoria

Metas de inflação

Dados em % ao ano



Juros altos devem travar atividade econômica no novo governo

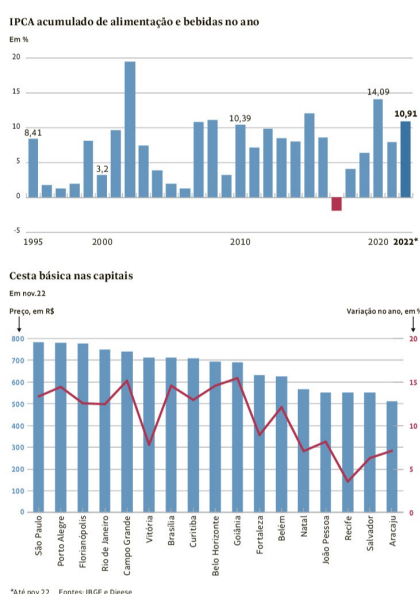
Rosana Hessel

O mercado esperava que os juros começassem a cair em março, mas essa aposta perdeu força diante da expectativa de piora no quadro fiscal e da maior resistência da **inflação**, principalmente a de serviços ? que deve encerrar o ano em 8%, acima dos 5,7% projetados para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 2022. A **inflação** de serviços tem impacto em 35% do IPCA e depende do mercado de trabalho e da demanda, destaca Silvia Matos. "Com a política fiscal desancorada, será preciso mais juro para pressionar a **inflação** para baixo. A única coisa positiva, embora triste, é que o efeito negativo de uma política fiscal desancorada aparece muito rápido", alerta a economista do Ibre. "Posse de Lula ocorrerá em paz", garante Dino, futuro ministro do Trabalho. Analistas também demonstram preocupação com as sinalizações de intervencionismo, como a mudança na Lei das Estatais aprovada pela Câmara dos Deputados, reduzindo de 36 meses para 30 dias a quarentena exigida de políticos para ocuparem cargos nessas companhias ? o que amplia as chances de aparelhamento das empresas públicas. Na avaliação de Silvia Matos, tudo indica que o mercado e a sociedade não permitirão a repetição dos mesmos erros do passado, tanto que o Senado Federal, até agora, seguiu o projeto.

Evandro Buccini, diretor de Crédito Multimercados da Rio Bravo, ressalta que, diante das incertezas crescentes em relação ao novo governo, principalmente na área fiscal, não é possível descartar alta dos juros em 2023, e alerta para impactos na economia. "Não é o cenário provável. Nossa projeção é de corte, mas boa parte do mercado fala em estabilidade dos juros ao longo do ano. Tudo vai depender do cenário doméstico." "Os juros estão muito altos, e não estamos vivendo um aquecimento que justifique uma desaceleração mais constante", acrescenta. Ele lembra que, com a expectativa de **inflação** de 2023 e de 2025 subindo novamente nas projeções do boletim Focus, o BC não tem muito o que fazer, a não ser aumentar os juros se o novo governo não ajudar.

Inflação de alimentos e bebidas deve perder fôlego em 2023

Inflação da comida pressiona bolso do brasileiro



rio de janeiro A **inflação** de alimentos e bebidas tende a subir menos em 2023, mas deve mostrar um patamar de preços ainda alto e desconfortável para o bolso dos brasileiros, avaliam economistas.

A comida cara representa um desafio para o combate à fome no país, uma promessa do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Se a **inflação** permanece elevada, diminui o alcance de qualquer medida assistencial promovida pelo governo", afirma o economista André Braz, do FGV Ibre.

Desde o início da pandemia (de fevereiro de 2022 de novembro de 2022), o grupo alimentação e bebidas acumulou alta de 36,06% no Brasil, conforme dados do IPCA, do IBGE.

É quase o dobro do índice geral de **inflação**. No mesmo período, o IPCA subiu 20,68%.

Só no acumulado de 2022, o grupo alimentação e bebidas avançou 10,91% até novembro, ante 5,13% do índice geral. Em 12 meses até novembro, a alta do segmento foi de 11,84%, ante 5,90% do IPCA.

Para 2023, economistas projetam um avanço de alimentação e bebidas mais próximo do índice geral de preços, cujas estimativas estão na faixa de 6% a 8%."A

inflação dos alimentos deve ceder, mas lentamente", prevê Braz. "Deve ser algo em torno de 5% até o final do ano [2023]." A carestia da comida afeta principalmente a população pobre. Em termos proporcionais, esse grupo destina parcela maior do orçamento para a aquisição de produtos básicos.

"Mesmo com a possível desaceleração, a sensação continuará desconfortável [em 2023]", avalia o economista Fábio Astrauskas, da Siegen Consultoria.

Ele prevê uma **inflação** de alimentação e bebidas entre 4% e 6% no próximo ano, caso não haja grandes problemas climáticos e as projeções positivas para a safra se confirmem.

Na primeira metade de 2022, fortes chuvas reduziram a oferta de frutas, verduras e legumes em regiões como o Sudeste. Houve repasses para os preços. A estiagem que atingiu o Sul também pressionou os alimentos.

Não bastássemos extremos climáticos neste ano, a Guerra na Ucrânia elevou as cotações de commodities agrícolas, como milho e trigo.

O quadro gerou reflexos no Brasil, já que essas mercadorias servem de base para a fabricação de alimentos.

As pressões de 2022 vieram após a pandemia já ter jogado para cima os custos produtivos no campo. Fertilizantes, por exemplo, ficaram mais caros na crise sanitária.

Em 2023, a provável desaceleração da economia global tende a conter a demanda por commodities e frear os preços, projetam analistas.

Segundo eles, isso deve gerar alguma trégua para a **inflação** da comida, assim como as boas condições de colheita previstas para o Brasil. A safra de grãos, cereais e leguminosas de 2023 tende a alcançar 293,6 milhões de toneladas no país, novo recorde de uma série histórica iniciada em 1975, apontou estimativa divulgada neste mês pelo IBGE. O número representaria alta de 4,8% ante 2022.

"Tudo indica que vamos ter uma produção muito boa em 2023. Tem riscos [para a **inflação**]? Tem. A guerra

continua.

Rússia e Ucrânia são grandes produtoras", diz o economista Felipe Kotinda, do Santander.

Em sua avaliação, a redução da área plantada de arroz e feijão é um fator de pressão para as preços desses produtos, que vêm perdendo espaço para itens mais voltados ao mercado interacional, como soja e milho.

Mesmo assim, a **inflação** dos alimentos para consumo no domicílio deve desacelerar para perto de 4% até o final de-2023, prevê Kotinda. A alta acumulada em 12 meses até novembro de 2022 foi de 13,32%, conforme o IBGE.

As carnes, diz o economista, estão entre os itens que podem ter um alívio mais forte nos preços, em um cenário de trégua dos grãos usados na alimentação animal. "É um cenário mais benigno do que nos últimos anos", afirma.

O economista Jackson Bittencourt, coordenador do curso de ciências econômicas da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), ainda projeta um avanço na faixa de 8% a 9% para a **inflação** de alimentação e bebidas no próximo ano. Ele considera "muito difícil" uma variação inferior a esse nível.

"O cenário ainda é de **inflação** alta. A taxa de desemprego segue pressionada, muita gente está na informalidade. Com preços altos e renda menor, há empobrecimento de parte da população", afirma.

A carestia, acrescenta o professor, tende a dificultar o combate à fome no ano inicial do novo governo Lula.

"É um grande desafio combater a fome com os preços subindo. Vamos precisar de uma política especial para essa questão", diz. LV

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Pilotos e comissários encerram greve mais longa da história da categoria, segundo SNA

Tulio Kruse

Os pilotos e comissários de empresas aéreas aprovaram a proposta de reajuste salarial e terminam a greve que durou cinco dias e paralisou voos na semana que antecedeu o Natal. A proposta, que prevê reajuste de 6,97% sobre salários e benefícios, foi aceita por 70% da categoria.

No fim da noite da sexta (23), os aeronautas haviam decidido suspender a paralisação durante este fim de semana para que a categoria pudesse votar a nova proposta feita pelas companhias aéreas.

A greve vinha sendo realizada diariamente desde a última segunda-feira (19), sempre das 6h às 8h. Quem aderiu ao movimento se apresentava para trabalhar, mas não fazia a decolagem.

"Eu queria realmente agradecer a todos que estiveram conosco nos aeroportos, que estiveram conosco paralisando os voos, isso fez toda a diferença", disse neste domingo (25) o presidente do SNA (Sindicato Nacional dos Aeronautas), Henrique Hacklaender, na transmissão em vídeo que anunciou o resultado.

"Conseguimos fazer uma renovação, trazer melhorias financeiras, melhorias na parte social, algo que já não se via havia algum tempo."

A votação divulgada neste domingo analisou a terceira proposta feita aos pilotos, co-pilotos e comissários. As empresas ofereceram um reajuste de 6,97% - considerando **inflação** pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) mais 1% sobre todas as cláusulas econômicas, como salários fixos e variáveis, diárias nacionais (diárias internacionais não entram no reajuste), vale-alimentação, piso salarial, seguro, entre outros.

A proposta também requer folgas com horários definidos publicadas em escala -mudanças, dependendo da situação e do tempo de antecedência de aviso, podem gerar multas de R\$ 500.

Segundo o SNA, foi a paralisação mais longa na história da categoria. Para encerrá-la, um total de 5.834 pessoas participaram da votação.

Nos cinco dias, a greve ocorreu nos aeroportos de

Congonhas (SP), Guarulhos (SP), Galeão, Santos Dumont (ambos no Rio), Viracopos (Campinas), Porto Alegre, Fortaleza, Brasília e ConnsnfGrande Belo Horizonte).

Só nos aeroportos de Congonhas e Santos Dumont, mais de 400 voos foram cancelados durante os dias de paralisação -nem todos tiveram relação com a greve-, segundo a Infraero.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

O problema fiscal transcende a PEC da Transição (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, agora Emenda Constitucional 126/22, provocou discussões frenéticas. O lamentável é que esses debates foram marcados por total desprezo à acurácia dos números fiscais, resultando em diagnósticos errados.

Alguns políticos e analistas, em geral guiados por ideologias, não por análises sérias, argumentam que o atual governo federal entregará as contas públicas em ordem, encerrando o corrente ano com um superávit primário de R\$ 34 bilhões, o primeiro número positivo desde 2013. E o discurso segue sustentando que a PEC destruirá todo o trabalho realizado, acabando com o teto de gastos e levando a um déficit primário de R\$ 231 bilhões, mais de 2,5% do PIB, em 2023. Na verdade, quando as receitas forem reestimadas corretamente, o déficit de 2023 deverá ser de R\$ 120 bilhões (1,1% do PIB). Ainda assim, o ajuste fiscal necessário é enorme. Para estabilizar a relação dívida líquida/PIB, em meu cenário básico seriam precisos superávits primários anuais de 1,5% do PIB.

Já foi bem demonstrado que não se pode tomar a valor de face os resultados fiscais de 2022, em virtude da atipicidade de várias receitas e da compressão insustentável de despesas essenciais. Aqui limitome a chamar a atenção apenas para dois dados.

Primeiro, se supormos que os pacotes de bondades de Bolsonaro, sejam na forma de desonerações fiscais ou de aumento de gastos, independentemente de seus méritos, concedidos ao longo de 2022, fossem anualizados, ou seja, tivessem vigorado desde o início do ano, veremos que o superávit de R\$ 34 bilhões (0,4% do PIB) se converte em déficit de R\$ 31 bilhões (-0,3% do PIB), uma piora de 0,7% do PIB, ou seja, R\$ 65 bilhões, que poderá se refletir no Orçamento de 2023. A conta é simples: R\$ 28 bilhões a menos de receitas do PIS/Cofins/Cide/ IPI e R\$ 37 bilhões a mais de despesas para o Auxílio Brasil, para as bolsas caminhoneiro e taxista e para complementação do vale-gás, estas três últimas se forem renovadas.

O segundo ponto refere-se à composição da receita

bruta da União, em 2022. Se construirmos uma série excluindo as receitas provenientes do setor extrativo mineral (que são voláteis) e de concessões e permissões (que não são recorrentes), a receita remanescente, que possui caráter mais estrutural, seria de 19,7%, inferior à média de 20% do período 2015-2019. Esse exercício levanta sérias dúvidas quanto à sustentabilidade dos recentes aumentos da arrecadação.

Já o novo governo também dá sinais ruins quanto à sua disposição para resolver o desequilíbrio fiscal que herdou. As preocupações têm se concentrado em obter autorização legislativa para aumentar despesas, sem qualquer indicação de como pretende financiá-las. Até agora, nenhuma palavra sobre a reversão das renúncias eleitoreiras de receitas, que chegam a 1,7% do PIB, quando se levam em conta União, Estados e municípios.

O novo governo dá sinais ruins quanto ao desequilíbrio fiscal que herdou

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A ressurreição da Mata Atlântica (Editorial)

Muito se fala da "terra devastada" legada pela administração de Jair Bolsonaro.

Independentemente da clivagem sobre o que é verdade ou exagero, na gestão ambiental ela é tão real que nem sequer é figura de linguagem: a devastação foi literal. Dia após dia vêm à tona novos recordes de desmate. Nesse cenário, a Conferência de Biodiversidade da ONU (COP-15) trouxe um fio de esperança, ao declarar o Pacto Trinacional pela Restauração da Mata Atlântica, uma das 10 iniciativas de Referência da Restauração de Ecossistemas.

Com efeito, a Mata é hoje um fiapo do que foi, com só 12% de sua cobertura original. Ainda assim, o bioma está presente em 17 Estados, abriga 70% da população e responde por 80% do **PIB**. Dele dependem serviços ecossistêmicos como a produção de alimentos, abastecimento de água, energia hidrelétrica, purificação do ar e regulação do clima.

Mesmo com uma fração da cobertura primitiva, a Mata abriga a maior diversidade de árvores por hectare do mundo e 2 mil espécies animais. Um estudo na revista Nature estimou que ela compõe um conjunto de ecossistemas cuja recuperação de 15% da área desmatada evitaria 60% da extinção de espécies ameaçadas no planeta e absorveria 30% do CO2 acumulado desde a Revolução Industrial.

Diferentemente da Amazônia, a devastação da Mata já ultrapassou o limiar crítico (30%) a partir do qual sua biodiversidade começa a colapsar. A mera redução do desmatamento não basta. É preciso zerá-lo e promover a restauração em escala.

O Pacto Trinacional, que envolve organizações da Argentina e Paraguai, foi prestigiado por atuar tanto na preservação como na ampliação de sistemas agrícolas de baixo carbono e na restauração da floresta.

Dado que ela é composta por espaços fragmentados, o mero replantio pulverizado é pouco eficaz. Por isso, a ONU destaca a criação de corredores verdes entre as áreas remanescentes, com um impacto regenerativo oito vezes maior.

O Brasil possui um bom arcabouço legal e vem desenvolvendo marcos de governança e tecnologia para a restauração. Estima-se que o País represente 20% das oportunidades globais nas Soluções Baseadas na Natureza, que, além dos ganhos ambientais, oferece oportunidades de renda no meio

rural, como a silvicultura de espécies nativas, os sistemas agroflorestais e o pagamento por serviços ambientais a produtores que investem em restauração. Mas os elementos civis e políticos desse ecossistema estão desconectados. Um dos desafios do novo governo será integrá-los.

O reconhecimento do Pacto pela ONU gera oportunidades de apoio técnico e financeiro. É fundamental capitalizá-las, já que iniciativas que combinem preservação e desenvolvimento econômico em um ecossistema complexo como a Mata Atlântica podem servir de modelo para outros biomas, sobretudo a Amazônia.

Na Mata, o passado, o presente e o futuro do Brasil se encontram. Há cinco séculos a Nação vem crescendo a partir dela, mas ao custo de levar seus recursos a ponto do esgotamento. Da sua restauração depende o futuro não só do País, mas em boa medida do mundo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Capital estrangeiro deve "turbinar" movimento na Bolsa brasileira



LEONARDO RODRIGUES

Greenlees, do Itaú BBA, projeta até 35 ofertas de ações na Bolsa brasileira em 2023, sendo 15 IPOs

FERNANDA GUIMARÃES

No primeiro boom de estreias na Bolsa, em 2006 e 2007, quando mais de cem empresas fizeram suas ofertas de ações, o capital estrangeiro era a principal peça da engrenagem para permitir os IPOs (oferta iniciais de ações, na sigla em inglês).

Na média, 70% do volume das emissões ficavam com esse grupo.

No entanto, com o amadurecimento do mercado brasileiro, a proporção se inverteu, com os locais assumindo esse papel, exatamente em um momento em que os estrangeiros estavam mais distantes do Brasil.

Agora, a conta deverá novamente ficar mais equilibrada, caso a alta expectativa de retorno do capital internacional para o País se confirme ao longo de 2023.

Quem vem de fora, porém, é mais seletivo em seus investimentos e prefere fazer aportes em ofertas de grandes negócios.

Por isso, a aposta é de que haja mais apetite de fora por ofertas que partam de US\$ 300 milhões (ou seja, mais de R\$ 1,5 bilhão) - montante que se restringe a negócios de grande porte por aqui.

O responsável global pelo banco de investimento do Itaú BBA no Brasil, Roderick Greenlees, afirma que o estrangeiro está com o "dedo no gatilho" para investir no Brasil, algo que ficou bastante evidente na oferta

subsequente de ações do Assaí, na qual ficaram com metade da transação.

"A visão é de que o Banco Central brasileiro fez um excelente trabalho na contenção da **inflação**", diz. Os juros no Brasil subiram muito mais rapidamente do que em outros países para conter a alta dos preços ao consumidor, e a leitura é de que os cairão mais rapidamente do que em outras localidades.

O executivo do Itaú afirma que, depois de um ano sem estreias na B3, há uma demanda reprimida, tanto por emissões quanto por investidores, o que abrirá espaço para novas ofertas.

Sua projeção é de que em 2023, diante de uma premissa de que haverá queda de juros no Brasil, haverá de 25 e 35 operações - sendo até 15 IPOs.

CAUTELA. O chefe do banco de investimento do Bradesco BBI, Felipe Thut, comenta que, no evento que a instituição financeira fez em Nova York em novembro, os investidores se mostravam muito mais otimistas com o Brasil após os resultados da eleição do que os próprios empresários locais. Segundo o executivo, o humor mudou mais recentemente diante de preocupações sobre os rumos para frente da economia brasileira.

Segundo ele, a retomada dos IPOs pode demorar mais do que o previsto. Ele liga esse retorno a uma maior visibilidade sobre o início do corte de juros no Brasil. "É difícil fazer projeções sobre volume de ofertas, mas 2023 será melhor do que 2022", comenta o executivo do Bradesco.

Para o responsável pelo banco de investimento do Bank of America no Brasil, Bruno Saraiva, os IPOs deverão ganhar espaço no mercado a partir do segundo semestre de 2023, momento em que se espera que os juros voltem a cair no País, algo que afeta diretamente a intenção de se investir em renda variável.

Pelas projeções do Bank of America, o juro básico no Brasil, que hoje está em 13,75% ao ano, deverá fechar 2023 em 10,5% ao ano.

Há quem diga que, para que os IPOs de fato voltem a ser realizados por aqui, será preciso mais do que uma

conjuntura favorável no Brasil - isso porque bancos centrais de vários países ainda estão em uma trajetória ascendente de juros.

Ou seja, para o mercado de capitais ficar mais forte no Brasil, o cenário externo vai precisar ajudar.

"As ofertas devem começar a vir a mercado assim que houver maior visibilidade quanto a queda da taxa de juros nos Estados Unidos", afirma o presidente do Morgan Stanley para o Brasil, Fabio Medeiros.

DÚVIDA. O responsável do banco de investimento do Citi, Eduardo Miras, por outro lado, não está nem um pouco otimista com o retorno dos IPOs.

Ao contrário dos demais colegas, Miras diz que não está enxergando investidores estrangeiros com o "dedo no gatilho" diante de incertezas políticas e econômicas no Brasil.

"Alguns meses atrás tínhamos a perspectiva de que o mercado reabriria para IPOs de forma seletiva, mas, pelo que temos visto, será extremamente desafiador."

"É difícil fazer projeções sobre volume de ofertas, mas 2023 será melhor do que 2022" Felipe Thut Executivo do Bradesco BBI

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

inclusão social.

No dia do orgulho LGBTQIA+, o Valor mudou sua logomarca para chamar atenção para a causa. Em maio, a morte da rainha Elizabeth II, após um reinado de 70 anos, foi uma das muitas perdas noticiadas neste ano.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187417?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187417?page=1§ion=1)**